

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO: ECONOMIA, GESTÃO E CULTURA
TURMA 02

**A REDE TUCUM NO ÂMBITO DO TURISMO
DE BASE COMUNITÀRIA: ASPECTOS
RELACIONAIS COMO INOVAÇÃO SOCIAL**

LISA MOLINARI

ORIENTADORA: Prof.a Rita de Cassia Monteiro Afonso

DEZEMBRO 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO: ECONOMIA, GESTÃO E CULTURA
TURMA 02

**A REDE TUCUM NO ÂMBITO DO TURISMO
DE BASE COMUNITÀRIA: ASPECTOS
RELACIONAIS COMO INOVAÇÃO SOCIAL**

LISA MOLINARI

BANCA EXAMINADORA

PROFA. ORIENTADORA Rita de Cassia Monteiro Afonso
PROF. EXAMINADOR Ivan Bursztyn
PROF.A EXAMINADORA Dalia Maimon

DEZEMBRO 2014

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade da autora

RESUMO

O trabalho tem seu foco sobre o caso da Prainha do Canto Verde e demais localidades da Rede Cearense de Turismo Comunitário, conhecida como Rede Tucum.

Enquanto pioneira em projetos de Turismo de Base Comunitária (TBC) no Brasil, a Rede Tucum oferece um importante exemplo de inovação social centrada em pequena escala, sustentabilidade e empoderamento das comunidades locais, inserindo-se no cenário do turismo contemporâneo, no momento em que este sinaliza com o declínio da grande escala e emergência de projetos que valorizam a dimensão local - em contraposição aos grandes empreendimentos de massa que se desenvolveram nas últimas décadas no Nordeste brasileiro e no mundo de forma geral.

Baseando-se nos estudos de Carla Cipolla (2006, 2012) e de Larissa Lomnitz (2009), o presente trabalho examina a importância dos aspectos relacionais dentro da organização da Prainha do Canto Verde e das demais comunidades da Rede Tucum, desde a sua fundação até o momento presente. Quanto à metodologia, a investigação é baseada na entrevista informal com os principais atores envolvidos, além de pesquisa bibliográfica e documental.

A análise das características relacionais no caso exposto é importante por duas razões: preenche uma lacuna nas investigações acadêmicas sobre os sistemas informais em projetos de Turismo de Base Comunitária e pode contribuir para a concepção de um novo modelo – sustentável e inovador – de planejamento turístico no Brasil.

SÍMBOLOS, ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES

ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
AIMPCVA	Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências
AMM	Associação Mulheres em Movimento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCDRU	Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
COOPECANTUR	Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
ENTBL	Encontros Nacionais de Turismo de Base Local
GT	Grupo de Turismo (da Rede Tucum)
MST	Movimento Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PRODETUR-NE	Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro
RESEX	Reserva Extrativista
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TBC	Turismo de Base Comunitária

LISTA DE FIGURAS

Nº	Descrição	Página
1	Serviços vs. Serviços <i>standard</i>	26
2	Estrutura político-organizacional da Prainha do Canto Verde	34

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E INOVAÇÃO SOCIAL	11
I.1 – DO DECLÍNIO DO TURISMO DE MASSA AO TURISMO SITUADO	11
<i>I.1.a – Políticas públicas de turismo no Nordeste</i>	<i>12</i>
<i>I.1.b – Turismo de massa vs. Turismo situado</i>	<i>13</i>
I.2 – TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E SUSTENTABILIDADE	15
<i>I.2.a – Desenvolvimento sustentável</i>	<i>16</i>
<i>I.2.b – TBC e desenvolvimento local</i>	<i>17</i>
<i>I.2.c – Dimensão social do turismo sustentável</i>	<i>18</i>
<i>I.2.d – Caráter alternativo do TBC</i>	<i>19</i>
I.3 – INOVAÇÃO SOCIAL E ASPECTOS RELACIONAIS	20
<i>I.3.a – Inovação social</i>	<i>21</i>
<i>I.3.b – Comunidades criativas e serviços relacionais</i>	<i>24</i>
<i>I.3.c – Modelo relacional dos serviços</i>	<i>25</i>
<i>I.3.d – Informalidade e redes sociais</i>	<i>28</i>
CAPÍTULO II – PRAINHA DO CANTO VERDE E A REDE TUCUM	31
II.1 – TBC NA PRAINHA DO CANTO VERDE	31
<i>II.1.a – História da localidade</i>	<i>31</i>
<i>II.1.b – Associação dos moradores e TBC</i>	<i>33</i>
<i>II.1.c – A Cooperativa de Turismo</i>	<i>38</i>
II.2 – FUNDAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REDE TUCUM	39
<i>II.2.a – Definição e características gerais</i>	<i>40</i>
<i>II.2.b – Comunidades da Costa Oeste</i>	<i>41</i>
<i>II.2.c – Comunidades da Costa Leste</i>	<i>42</i>
<i>II.2.d – Objetivos e organização</i>	<i>44</i>
CAPÍTULO III – ANÁLISE DO CASO	47
III.1 ASPECTOS INOVATIVOS	47
<i>III.1.a – Conteúdo social e dimensão processual</i>	<i>48</i>
<i>III.1.b – Solidariedade e empoderamento</i>	<i>50</i>
III.2 - ASPECTOS RELACIONAIS	52
<i>III.2.a – Aplicação do modelo de serviços relacionais</i>	<i>52</i>
<i>III.2.b – Tucum como macro-rede social</i>	<i>55</i>
CONCLUSÃO	59
ANEXOS	63
ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA	63
ANEXO 2 – ENTREVISTA COM RENÉ SCHÄRER	63
ANEXO 3 - ENTREVISTA COM FRANCISCO EDINO	64
ANEXO 4 - ENTREVISTA COM MARIA APARECIDA ALCÂNTARA	66
ANEXO 5 - ENTREVISTA COM TERESA CRISTINA DE MIRANDA MENDONÇA	66
ANEXO 6 – ENTREVISTA COM IVAN BURSZTYN	67
ANEXO 7 – ENTREVISTA COM ARMANDO STEFANI	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

INTRODUÇÃO

A Rede Cearense de Turismo Comunitário, conhecida como Tucum, é uma das pioneiras no turismo de base comunitária¹ no Brasil. Ela oferece um importante exemplo de inovação social centrada em pequena escala, sustentabilidade e empoderamento das comunidades locais, em contraponto com os modelos exploratórios da economia institucional que, nas últimas décadas, foram padrão na maioria dos projetos de desenvolvimento turístico do Nordeste brasileiro².

Com base na história da Prainha do Canto Verde e demais localidades da rede cearense de turismo comunitário, o presente trabalho busca discutir a importância das redes informais dentro da sua organização. A questão norteadora da presente pesquisa é a seguinte: seria verdadeiro que a fundação da rede Tucum e sua sobrevivência, num contexto onde a exploração socioambiental do turismo é tangível, tenha se tornado possível graças aos relacionamentos informais entre seus membros e os defensores do projeto?

Para responder a essa pergunta foi escolhida uma metodologia de análise qualitativa, através de algumas entrevistas, seja a moradores locais, seja a observadores e visitantes das comunidades envolvidas. Em particular, foram recolhidos depoimentos de alguns líderes, que desempenharam um papel fundamental na história da rede Tucum e que ainda a influenciam. São eles: René Schärer, promotor das maiores iniciativas para o desenvolvimento do turismo e da qualidade de vida na Prainha do Canto Verde; Armando Stefani, fundador do projeto de TBC Tremembé e da omônima ONG.

¹ O turismo de base comunitária pode ser entendido como aquele “[...] desenvolvido pelo próprios moradores de um lugar que passaram a ser os articuladores e os construtores de cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para melhorar a qualidade de vida” (CORIOLANO, L.N. O Turismo de inclusão e o desenvolvimento local. Funece, Fortaleza, 2003. P. 41)

² Como destacam Bartholo, Bursztyn e Delamaro explicando os resultados do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro (Prodetur-NE) de 1992, “os governos de estados nordestinos articularam as ações do Prodetur-NE com uma política que favorecia o investimento de grandes grupos transnacionais interessados em desenvolver pólos turísticos, replicando megacomplexos hoteleiros e de lazer, o que propiciou a implantação de grandes grupos internacionais: Accord, Marriot, Holliday Inn, Caesar, entre outros. [...] A implantação dessas ilhas de paraíso gerou impactos irreversíveis. A súbita valorização de territórios, antes esquecidos pelo mercado imobiliário, provocou forte impacto sociocultural desestruturador do modo de vida e do patrimônio relacional de comunidades que, pressionadas por forte especulação imobiliária, terminam muitas vezes por vender suas terras a preços irrisórios, passando a viver de subempregos vinculados ao turismo ou a residências-secundárias...” (BARTHOLO, R., BURSZTYN, I., DELAMARO, M. Turismo para quem? in BARTHOLO, R., BURSZTYN, I., SAVIOLO, D.G. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências. Letra e Imagem, Rio de Janeiro, 2009, p. 83).

O cap. 1º apresenta um cenário do turismo contemporâneo baseando-se nos estudos de Hassan Zaoual (2008, 2012), que explica as causas do declínio do turismo de massa, bem como as variáveis que motivam a demanda emergente em direção a novos modelos e produtos turísticos. É assim que a emergência do “turismo situado” leva o discurso até o fenômeno do turismo de base comunitária (TBC) e à sua importância em termos de sustentabilidade e inovação social. Sobre este último assunto, que inspirou a questão central do presente trabalho, faz-se uma breve resenha de definições e características essenciais para chegar a focar-se no campo de inovação social solidária, proposto por Bartholo (2008). Constituem referência fundamental o modelo de *serviços relacionais* de Carla Cipolla (2006) e os estudos sobre as *redes sociais* de Larissa Lomnitz (2009).

O cap. 2º trata do caso particular da Prainha do Canto Verde e das demais comunidades da costa cearense que se associaram à Rede Tucum: explica como se originou o projeto de TBC, quais foram as causas e as formas que delinearam a sua fundação, bem como seu desenvolvimento. A descrição do modelo organizacional nas diferentes comunidades conduz ao reconhecimento do objetivo comum de consolidação do TBC na costa cearense.

O Cap. 3º consiste no estudo da Prainha do Canto Verde e das demais comunidades da Rede Tucum que se associaram informalmente para desenvolver o TBC na costa cearense. A análise do caso responde à uma pergunta principal: seria verdadeiro que a fundação da rede Tucum e sua sobrevivência, num contexto onde a exploração socioambiental do turismo é tangível, tenha se tornado possível graças aos relacionamentos informais entre seus membros e os defensores do projeto?

A abordagem metodológica utilizada, além da pesquisa bibliográfica e documental, é baseada na entrevista informal como a mais adequada para atender ao problema a ser investigado.

Por fim, na *Conclusão* são resumidas as considerações finais sobre a pesquisa, como estudo de inovação social aplicada aos aspectos relacionais do TBC na Prainha do Canto Verde e na Rede Tucum. Sugere-se, também, algumas questões que o tema de análise principal não conseguiu aprofundar.

Em suma, a importância do presente trabalho consiste na investigação mesma dos aspectos relacionais de um caso de TBC bem sucedido como a Prainha do Canto Verde que, por sua vez, gerou a fundação da Rede Tucum: o estudo das relações interpessoais nos serviços turísticos e nas redes sociais envolvidas pode estimular nova consciência sobre os

mecanismos que impulsionam e fortalecem algum tipo de inovação social no setor e contribuir para a difusão de um novo modelo de planejamento turístico sustentável e alternativo aos grandes empreendimentos de massa. Além do mais, faltam investigações acadêmicas sobre as redes informais de organização de projetos de TBC no Brasil.

CAPÍTULO I – TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E INOVAÇÃO SOCIAL

Uma breve panorâmica sobre as políticas públicas para o turismo cearense é ponto de partida para um balanço da situação brasileira e uma análise do panorama atual no mundo, o que conduz o discurso ao declínio do turismo de massa e à demanda emergente em direção a novos modelos, produtos e serviços turísticos, assim como exposto na seção I.1. Estes novos modelos abrem caminho para uma mudança de paradigma no desenvolvimento do turismo, justificável a partir da teoria dos sítios simbólicos de pertencimento elaborada por Hassan Zaoual (ZAOUAL 2008, 2012). As características sugeridas pela teoria desse autor levam o discurso para o TBC, descrito na seção I.2 como exemplo palpável de desenvolvimento local com respeito do ambiente originário e dos seus moradores, o que corresponde em grande parte ao conceito de sustentabilidade no turismo contemporâneo. A novidade que o TBC representa no panorama do turismo se insere na discussão global sobre o conceito de inovação social, abordado na seção I.3, que termina com um aprofundamento sobre o modelo de serviços relacionais elaborado por Carla Cipolla (CIPOLLA 2006, 2012) e uma síntese dos estudos sobre as redes sociais de Larissa Lomnitz (LOMNITZ 2009).

1.1 – Do declínio do turismo de massa ao turismo situado

Como veremos na seção I.1.a, o recente passado do turismo no Nordeste do Brasil foi marcado pelas tentativas de desenvolvimento a partir de um turismo de sol e praia, voltado para um público internacional e fomentado em grande parte pelo poder público. Como relatam muitos autores nacionais (BARTHOLO, BURSZTYN e DELAMARO 2008; IRVING 2009; SARAIVA e LIMA 2001), as inesperadas consequências foram um crescimento desordenado e graves problemas socioambientais em quase toda a costa. Este tipo de situação exemplifica um modelo de turismo de massa, típico da época industrial e, como explicado na seção I.1.b, muito diferente das novas tendências de viagem e do modelo de turismo situado, teorizado por ZAOUAL (2008, 2012). De fato, o autor da “sitiologia” exalta as peculiaridades locais e as tradições culturais de cada comunidade apontando nesta direção para pensar no futuro do turismo.

I.1.a – Políticas públicas de turismo no Nordeste

Como concordam vários autores brasileiros (BARTHOLO, BURSZTYN e DELAMARO 2008; IRVING 2009; SARAIVA e LIMA 2001), a preocupação do poder público para com a promoção do turismo no Nordeste do Brasil começou como tentativa de acelerar o desenvolvimento regional a partir do aumento do fluxo de turistas na região. Cada vez que a faixa costeira aparecia como privilegiada enquanto destino capaz de atrair, com seu patrimônio natural, os “viajantes ávidos por destinos exóticos”, a implantação de infraestrutura básica no território teve o maior destaque dentre as ações do Programa para o Desenvolvimento do Nordeste. Este programa, conhecido como PRODETUR-NE, foi instituído em 1992 por ação da extinta Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste SUDENE e do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, e foi financiado pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Além da construção, reforma e ampliação de aeroportos e rodovias, do fornecimento de energia elétrica, do abastecimento de água e saneamento básico, os governos dos estados nordestinos beneficiaram-se da implantação ali de grandes grupos transnacionais para o desenvolvimento de enormes polos turísticos, padronizados segundo o estandarte internacional, contudo, distantes da realidade local. A urbanização da faixa litorânea teve consequências irreparáveis, como a redução da natureza a simples mercadoria para o turismo e a expulsão das classes populares – a maioria da população daquelas áreas – eventualmente envolvidas como simples mão-de-obra. De fato, os autores brasileiros consultados são unânimes sobre o fato de que o turismo massivo no litoral provocou transtornos como: “degradação ambiental (desmonte de dunas e falésias, terraplanagem de morros, aterros de mangues, poluição do mar decorrente de coliformes fecais), descaracterização cultural, dentre outros” (CORIOLANO 1996 *apud* SARAIVA e LIMA, 2001 p. 78). Além disso,

“Os impactos negativos provenientes deste modelo de desenvolvimento do turismo não se limitam aos aspectos socioambientais. Mesmo uma análise estritamente econômica pode evidenciar que dificilmente as populações locais se beneficiam da implantação dos mega-empreendimentos” (CORIOLANO 1996 *apud* SARAIVA e LIMA, 2001 p. 78).

Assim, não obstante recentes declarações de maior consciência ecológica e propósitos de inclusão social, até o momento presente

“...as ações públicas de fomento ao turismo ainda tratam o tema de forma homogênea, ignorando a diversidade cultural e paisagística de cada região e difundindo um turismo massificado que compromete as condições sociais, prejudica as condições ambientais e descaracteriza as heranças culturais de

comunidades tradicionais” (BARTHOLO, BURSZTYN, DELAMARO 2008, p. 104).

Os limites dessa estratégia são cada vez mais evidentes: Seloua Gourija ilustra o esgotamento dos ecossistemas devido a uma exploração sem limites do território que, a longo prazo, leva a uma crise de investimentos (GOURIJA 2007 *apud* ZAOUAL 2008); Hassan Zaoual demonstra a tendência em declínio do turismo de massa, *pasteurizante* e despersonalizado, que não consegue satisfazer as necessidades de uma nova demanda, mais sensível as temáticas sociais e ambientais (ZAOUAL 2008, 2012).

I.1.b – Turismo de massa vs. Turismo situado

A teoria dos “sítios simbólicos de pertencimento”, de Hassan Zaoual (2008, 2012), fornece uma explicação abrangente sobre as causas do declínio do turismo de massa a partir das crenças dos atores, produtores ou consumidores, e explica as variáveis que motivam a emergência de novos modelos e produtos turísticos. Zaoual (2008) ressalta:

“os impasses da economia despersonalizada do velho capitalismo industrial, uma economia baseada na acumulação do capital, na consumação de bens materiais e na destruição da natureza sem limite” (ZAOUAL 2008, p.3)

para abrir espaço a um novo paradigma:

“Os indivíduos são, hoje, requerentes de serviços de qualidade, de relações e de sentido. Aqui, a racionalidade do lucro a qualquer preço cede lugar à relação e à comunicação cultural e intercultural.” (ZAOUAL 2008, p. 3).

É essa a oposição entre o *homo economicus* – dominado por uma lógica despersonalizada, universalizante – e o *homo situs* – cuja conduta é ditada pela história do seu “sítio”, pela sabedoria da sua comunidade de referência. O sítio, na concepção de Zaoual, é mais do que a simples dimensão local: é um “espaço de crenças partilhadas que define o real, em um dado momento, bem como as concepções e as práticas de seus atores” (2008, p. 7). Imaterial, vivo e mutável, o sítio pode ser entendido como a alma de um lugar, ou seja, seu patrimônio histórico-cultural, já que se articula em três dimensões correspondentes àquelas que Zaoual define como caixas. O conjunto de valores, mitos de fundação e episódios históricos mais significativos de uma comunidade constituem uma “caixa preta”; sobre esta se constrói uma “caixa conceitual”, que influi nas práticas quotidianas com seus modelos de conhecimento; sem as duas caixas – preta e conceitual – que consistem no *saber-ser*, não poderia conceber-se a sabedoria técnica (o *saber-fazer*), contida na “caixa de ferramentas”. A rica complexidade

do *homo situs* explica a crise do *homo economicus*, que se revela carente de referências exatamente porque desenraizado, sem mais valores nem rumo: ele pertence somente a uma

“...grande sociedade industrial, que não é mais capaz de dar sentido à vida e às práticas quotidianas dos indivíduos [...]. A consumação pela consumação não parece mais importante e o homem, sem qualidade da sociedade da competição industrial, está à procura do sentido de sua existência” (ZAOUAL 2008, p.11).

Desta crise do *homo economicus* nasce a demanda de troca com outras culturas, através da viagem. A oferta turística, de um outro lado, envolve uma população local cada vez mais responsável e determinada a participar na gestão dos próprios recursos econômicos e turísticos. Este desejo de descoberta recíproca, que estimula visitantes e visitados ao encontro, assinala uma nova tendência no turismo e acena para a exaustão dos modelos tradicionais, até agora dominantes. Como afirma o autor, em colaboração com Roussel:

“Contrariamente à visão clássica do mega-turismo dominado de maneira exclusiva pela economia (...), o paradigma destes sítios põe em sinergia uma pluralidade de ciências sociais” (ZAOUAL, ROUSSEL 2012, p. 121 – tradução nossa).

Consequentemente, presta-se uma atenção cada vez mais especial à questão de identidade, solidariedade e território. A teoria dos sítios simbólicos de pertencimento fornece, assim, uma interpretação interdisciplinar que reflete a complexa realidade contemporânea. Em consequência disso, o comportamento de hóspedes e anfitriões (ou, em termos econômicos, de produtores e consumidores) encontra fundamento no imaginário mais profundo, naquele conjunto de crenças e valores imateriais que constituem o patrimônio histórico-cultural local - o sítio de pertencimento - de cada um. Enfim, segundo o autor:

“o turismo situado seria um turismo capaz de salvaguardar a qualidade intrínseca dos sítios para proporcionar uma atividade econômica não destrutiva das especificidades dos lugares afetados (culturas locais, ecossistemas, modos de organização das sociedades locais, proteção da coesão social etc.)” (ZAOUAL, ROUSSEL 2012, p. 121 – tradução nossa).

Como vimos, a força da diversidade deveria guiar cada projeto, o que representa a “harmonização da ética, da cultura com os mecanismos econômicos” (ZAOUAL 2008, p. 10), tanto que a importância extrema desse novo tipo de turismo consiste no relacionamento entre culturas diferentes:

“O serviço turístico é um dos serviços mais relacionais. A relação é intercâmbio e o intercâmbio é aqui, antes de tudo, de natureza simbólica antes de ser monetária. É este incalculável que está no coração do valor econômico dos novos serviços turísticos” (ZAOUAL 2008, p. 10).

De fato, muitas pesquisas acadêmicas, baseadas em dados empíricos, detectam uma nova tendência no plano global do turismo. Marta Irving (2009) fala de um novo perfil de turista, “em busca de vivências e aprendizagens, para além do ‘cardápio’ de opções disponíveis” (p. 108). Segundo a autora, existe um número crescente de viajantes conhecedores das diversidades presentes no mundo e, por conseguinte, atraídos pela chance de visitar destinos turísticos inéditos, que lhes permitam de entrar em contato com um patrimônio socioambiental único e diferente. Maria Luiza Neide Coriolano e Claudia Leitão (2008) ressaltam um interesse cada vez maior, nos viajantes contemporâneos, no valor cultural e na identidade das comunidades encontradas (p. 471), ou seja, a dimensão humana dos lugares visitados: “tudo o que o homem cria ou dá significado, tudo o que constitui sua memória” (p. 474). Ivan Bursztyn (2012) sublinha o aumento no mundo de um novo tipo de turismo, que ele considera como um verdadeiro movimento social:

“Este movimento vem ganhando projeção internacional e vem contribuindo para o fortalecimento de movimentos sociais locais de resistência ao modelo hegemônico excludente do turismo mundial. Nas últimas duas décadas (...) vimos surgir iniciativas que buscavam uma revalorização das identidades culturais locais. A ameaça de perder seus direitos de existência e de simples manutenção de seus modos de vida fez com que comunidades rurais, indígenas, de pescadores e extrativistas em geral se organizassem em torno de um movimento de resistência que, dentre os questionamentos, apresentavam um modo alternativo para a recepção de visitantes” (BURSZTYN 2014, pp. 61-62).

Bursztyn faz uma introdução, nas palavras apenas citadas, ao TBC: uma nova maneira de fazer turismo, que vai ser aprofundada na próxima seção.

1.2 – Turismo de base comunitária e sustentabilidade

Na presente seção tratamos dos temas do TBC e da sustentabilidade. Para abordar o conceito clássico de desenvolvimento sustentável (seção I.2.a), sobre o qual se fundamenta nosso discurso, é preciso traçar um breve quadro introdutório das situações que levaram até os debates oficiais sobre as questões ambientais e o reconhecimento da sustentabilidade como prioridade global. A reflexão, em seguida, sobre as características do TBC, resalta a dimensão local deste tipo de turismo (seção I.2.b) e a sua importância para a inclusão social (seção I.2.c), demonstrando assim a importância do TBC como uma prática totalmente sustentável.

Quanto ao caráter alternativo do TBC (seção I.2.d), se destaca a opinião de Ivan Bursztyn (2014), que explica os motivos pelos quais o turismo comunitário pode representar uma

importante influencia capaz de aportar os valores da sustentabilidade ao mercado do turismo na sua totalidade, embora precise ainda de muitas melhorias para alcançar seu potencial.

I.2.a – Desenvolvimento sustentável

O conceito de sustentabilidade emerge a partir dos meados do século XX, quando o movimento ambientalista coloca em cheque o modelo de desenvolvimento dos países ocidentais e começa a propor a visão de uma humanidade em maior harmonia com a natureza. Entre as causas deste levantamento de consciência emergem: o perigo advindo da recente explosão da bomba atômica em 1945; a denúncia dos danos provocados pelos agrotóxicos através do livro *A Primavera Silenciosa* de Rachel Carson publicado em 1963 (IRVING 2002); a divulgação do Relatório Meadows em 1972 e a consequente proposta do Clube de Roma³ para o “crescimento zero” da população e do produto mundial. Como explicam Afonso, Bartholo, Ferreira (2008):

“O Relatório Meadows, elaborado por pesquisadores do *Massachusetts Institute of Technology* (...) alertava para o fato de que a manutenção da expansão dos padrões de crescimento do produto e da população do planeta inviabilizaria qualquer intento de efetivar uma distribuição mais equitativa dos recursos básicos naturais existentes” (AFONSO, BARTHOLO, FERREIRA 2008, p. 85).

No mesmo ano, em 1972, a Organização das Nações Unidas produziu a Conferência Internacional para o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, onde os representantes de 113 países, 19 órgãos intergovernamentais e 400 organizações inter e não governamentais emitiram um documento de 23 princípios “para inspirar e guiar os povos do mundo na preservação e na melhoria do meio ambiente”, conforme o documento original (ONU 1972). Como observam Afonso, Bartholo e Ferreira (2008), a explosão da central nuclear de Chernobyl, na Rússia, em 1986,

“deu o alerta de que a sobrevivência no planeta e do planeta corria riscos com a crescente e irracional interferência do homem na natureza. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento produziu, em 1987, o Relatório Nosso Futuro Comum (...) no qual se define o conceito de desenvolvimento sustentável, que se propõe não apenas a equacionar os problemas vinculados aos aspectos estritamente ambientais, mas também a responder aos desafios da equidade social”. (AFONSO, BARTHOLO, FERREIRA 2008, p. 86).

Dali nasceu a definição clássica (ou seja, globalmente aceita) de desenvolvimento sustentável, como “aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (BRUNTLAND 1988, p. 430).

³ O Clube de Roma é descrito por AFONSO, BARTHOLO, FERREIRA (2008) como um grupo de “cientistas, economistas, homens de negócio, chefes e funcionários de Estado” com a missão de “atuar como um catalisador global de mudança, independentemente de interesses políticos, ideológicos ou de negócios”.

I.2.b – TBC e desenvolvimento local

Em sua publicação de 2009, Bartholo, Bursztyn e Saviolo passam em exame uma grande quantidade de projetos de turismo realizados no Brasil, com algumas características comuns que os permitem ser inscritos no âmbito do Turismo de Base Comunitária. Trata-se de todos os projetos que responderam ao Edital 01/2008 do Ministério do Turismo, cujo objetivo era apoiar iniciativas e projetos de turismo, originados e conduzidos por grupos locais, em território nacional. Como expõem os coordenadores do livro,

“A diversidade de contextos, histórias, lugares e personagens fazem de cada uma das iniciativas autoproclamadas ‘comunitárias’ únicas. Tentar compreender essa diversidade e extrair ensinamentos que possam subsidiar a formulação de políticas públicas é sem dúvida um grande desafio” (BARTHOLO, BURSZTYN, SAVIOLO 2009, p. 16).

De fato, marco principal destes casos de turismo é o desenvolvimento turístico em pequena escala, alternativo à massificação do passado, que privilegia a dimensão local, o protagonismo da comunidade residente e o respeito ao seu patrimônio histórico-cultural: todos os elementos igualmente elencados na “sitiologia” de Zaoual.

Não é supérfluo ressaltar – como fazem Bartholo, Bursztyn e Delamaro (2009) – que na sua proposta alternativa e de pequena escala, o TBC requer menos infraestrutura do que os mega-complexos do turismo tradicional. Por um lado, esta é a razão pela qual populações tradicionais de pescadores, agricultores e até representantes das culturas indígenas conseguiram dar início aos seus projetos de TBC, não obstante recursos comunitários limitados. Por outro lado, a intervenção sobre o território é menos invasiva, mas isto não quer dizer que se possa renunciar ao investimento necessário para obter uma proposta de qualidade que inclua, sim, uma natureza preservada, e também disponha de saneamento básico, coleta e reciclagem dos resíduos, etc.

Além disso, a capacitação da população local, envolvida na oferta de serviços turísticos, deve ser objeto de atento monitoramento e melhoria. Caso contrário, acena Irving, “uma iniciativa comunitária tende a se fragilizar com o tempo e (...), muito provavelmente, terá a sua atividade reduzida, progressivamente” (IRVING 2009, p. 155).

I.2.c - Dimensão social do turismo sustentável

A centralidade da comunidade local leva a estabelecer, nestes projetos, objetivos quais sejam: a melhora da qualidade de vida dos residentes, a valorização da sua cultura e o respeito ao ambiente. Na prática, o mesmo escopo que permite identificar como “sustentável” o turismo do panorama contemporâneo:

“O conceito de desenvolvimento sustentável aplicado ao turismo representa a aplicação prática de integração entre a atividade turística, a preservação ambiental e a melhoria das condições de vida das comunidades locais”. (NUNES, SANTOS, AZEVEDO 2014, p. 448-449).

O ambiente a preservar, então, não é mais apenas um cenário de viagem mas o ambiente onde vivem as comunidades locais e onde ocorre o encontro entre turista e anfitrião. Como ressaltam Coriolano e Leitão, exatamente em linha com a sitiologia de Zaoual e com as características do TBC:

“meio ambiente e cultura estão de tal forma imbricados, que a atividade turística não poderá produzir indicadores de sustentabilidade sem a compreensão de que, ao criar espaços de diálogo com a natureza, necessariamente os criará com a cultura” (CORIOLANO, LEITÃO 2008, p.474).

Por um lado, esse discurso ressalta a importância da dimensão sócio-cultural no turismo sustentável, que valoriza a identidade das comunidades locais com seus mitos, ritos e sentimentos de pertença até promovê-los como verdadeiro patrimônio imaterial; por outro lado, vem ganhando importância a questão da melhora das condições de vida dos moradores, no sentido de que o TBC permite aos prestadores de serviços turísticos manter-se com dignidade e manter, ao mesmo tempo, suas atividades tradicionais. De fato, o turismo nestes projetos é uma fonte de renda alternativa e sobretudo complementar, que nunca constitui a principal atividade econômica da comunidade; o perigo, na hipótese contrária, seria a despersonalização da localidade e a perda de identidade local em função das expectativas de grandes massas de turismo, como já visto na seção anterior (I.1). O que é ainda mais importante é que o ambiente, no TBC, se torna lugar comum de uma “relação dialogal e interativa entre visitantes e visitados” como fazem notar Bartholo, Bursztyn e Saviolo:

“a modalidade relacional do TBC se faz de modo a evitar a submissão do anfitrião ao seu hóspede, da mesma forma que o turista evita o risco de instrumentalizar-se enquanto mera fonte de renda” (BARTHOLO, BURSZTYN, SAVIOLO 2009, p. 86).

Além disso, a participação da população local no processo de gestão do turismo - e não simplesmente o envolvimento a nível operacional- é condição essencial para o respeito à cultura local: assim estão em acordo Irving (2009), Mendonça (2003), Nunes, Santos e Azevedo (2014). Com efeito, o êxito positivo dos projetos de TBC parece basear-se, segundo Irving, sobre duas prerrogativas que pertencem ao mesmo conceito de sustentabilidade do turismo: “ (1) enfoque local no processo de desenvolvimento; (2) participação da sociedade local na elaboração e implementação de projetos e demais iniciativas” (IRVING 2009, p. 111). Além do baixo impacto ambiental provocado pelos projetos de desenvolvimento com enfoque local, a autora explica que o saber-fazer das populações locais garante a maior eficácia do planejamento e uma melhor previsão dos tempos de realização. Já precedentemente, Irving defendeu a exigência, no desenvolvimento da atividade turística qualificada de “sustentável”, de uma

“incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, e um novo modelo de implementação de projetos, centrado em parceria, co-responsabilidade e participação” (IRVING 2002, p. 17).

A sustentabilidade, assim, vem coincidir com os conceitos de desenvolvimento local e de inclusão social que, a partir da metade dos anos 1990, foram aprofundados nos Encontros de Turismo de Base Local (ENTBL)⁴, pioneiros nacionais ao levantar a discussão sobre o turismo como fenômeno complexo e multifacetado, ultrapassando o limite da simples dimensão econômica.

I.2.d – Caráter alternativo do TBC

De fato o TBC, como nova maneira de pensar e de colocar em prática o turismo, é seguramente uma alternativa ao grande turismo de massa. Como Sansolo (2002) especifica:

“Alternativa, quando a decisão é da própria comunidade. Alternativa, na maneira de organizar e conduzir a atividade turística, sobretudo, quando os princípios atrativos são a própria realidade local, não transformada em uma realidade virtual para atender às expectativas de valores artificialmente criados pela sociedade industrial” (SANSOLO 2002, p.88).

⁴ Como se lê no site oficial ENTBL, “O primeiro ENTBL foi organizado em 1997, sob a iniciativa e coordenação da Professora Adyr Balastri Rodrigues, sendo realizado em maio de 1997, no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Aliás, importa considerar que o ENTBL surge a partir da união de pesquisadores profundamente ligados às reflexões em torno do turismo e do território, da prática turística e suas correlações com a Cultura. Por isso, esse evento tem, ao longo dos anos, atraído olhares oriundos da Geografia, das Ciências Sociais, da História e vários outros saberes que, ao problematizar, dentre outros temas, os vínculos entre o turismo, a cultura e o espaço geográfico, tem contribuído para a construção de um turismo mais comprometido com as culturas locais e mais justo, eis que pautado em lógicas mais inclusivas, participativas e democráticas vigentes em diversas comunidades associadas ao Turismo pelo país.” (ENTBL, Texto disponível em <<http://www.ufjf.br/entbl2014/o-entbl>> Acesso no 22/08/14).

Com referência ao caráter alternativo do TBC, Irving adverte que:

“Seria um equívoco imaginar este tipo de turismo como uma alternativa em substituição ao turismo de massa em termos de geração de receita, pois este não é objetivo de iniciativas desta natureza” (IRVING 2009, p.115).

Como consequência desta visão, as experiências de TBC vão representar um nicho no panorama do turismo global, independentemente da sua importância em sustentabilidade.

Oposta é a opinião de Bursztyn (2014), que se recusa a reduzir o TBC a um mero segmento de mercado. Ele ressalta a unicidade deste tipo de turismo e o compara a uma das “novas utopias que marcaram a virada para o novo milênio”. Movimentos sociais, quais sejam, o ambientalismo, a economia solidária e a alimentação orgânica, no final do século XX começaram a propor estilos de vida mais em harmonia com o planeta. Baseando-se neste ponto de vista, Bursztyn argumenta que as práticas de TBC têm um potencial enorme de transformação e podem chegar a influenciar todos os segmentos de mercado do turismo em direção de um maior nível de sustentabilidade total. No entanto, ainda existem muitos obstáculos que até agora não permitiram ao TBC de realizar todo o seu potencial. Bursztyn elenca, entre eles:

“Melhoria dos serviços prestados (...), melhoria da gestão dos negócios comunitários, fortalecimento da governança local, implantação de processos de monitoramento do turismo e, principalmente, questões relativas ao acesso ao mercado e comercialização” (BURSZTYN 2014, p. 45).

A análise dos poucos estudos disponíveis sobre o tema do acesso ao mercado e comercialização das iniciativas de TBC (pesquisas citadas: Mielke 2011, Brasil 2010, Turisol 2010 e Ipe 2011) leva o autor a afirmar que não vale a pena promover este tipo de turismo através de estratégias de marketing e promoção convencionais, concebidas para atrair um público genérico. Porém os dados demonstram a presença de um mercado potencial mais adequado à unicidade das propostas de TBC, que coincide em linhas gerais com o público alvo do turismo responsável; segundo Bursztyn o desenvolvimento do TBC depende muito, então, da capacidade de elaborar estratégias de promoção adequadas, ou seja, que garantam a viabilidade econômica dos projetos – e, por consequente, a autonomia das comunidades - sem perder aqueles valores que lhes dão identidade (BURSZTYN 2014, p. 74).

1.3 – Inovação social e aspectos relacionais

O conceito de sustentabilidade aplicada ao turismo corresponde à necessidade, como vimos cada vez mais evidente, de defender o patrimônio socioambiental daquela realidade local onde se desenvolve algum tipo de atividade turística. O modo pelo qual o TBC resolve o

problema ligado ao turismo tradicional pode ser considerado inovador, eis que consegue valorizar eficazmente território e tradições, aplicando modelos de co-participação e solidariedade, até então, inéditos no turismo. A reflexão se dirige, por conseguinte, na direção do conceito de inovação social. Existem inúmeras variações do significado associado a este termo, que passamos em resenha na seção I.3.a. Aprofundamos na seção I.3.b o nicho de inovação social solidária, teorizado por Bartholo (2008), através do conceito de serviços relacionais de Cipolla (2006, 2012) e do modelo elaborado por esta autora (seção I.3.c). Concluimos com uma análise dos aspectos relacionais na seção I.3.c, graças a contribuição teórica de Lomnitz (2009), sobre as redes sociais.

I.3.a - Inovação social

Para compreender tudo o que se pode definir como inovação social, partimos de uma observação contida em um documento da Comissão Europeia intitulado *Empowering people, driving change - Social Innovation in the European Union* (BEPA – EUROPEAN COMMISSION 2010). Segundo ele, no passado, a inovação foi quase sempre objeto de estudos voltados ao aperfeiçoamento da produção; a inovação era sobretudo um conceito ligado à eficiência econômica e à descoberta tecnológica, que estimulavam o progresso e a indústria. Todavia, quando se começou a dedicar mais atenção à qualidade de vida dos cidadãos do que ao produto interno bruto, chegou-se à conclusão de que não basta obter métodos produtivos mais eficientes para responder a necessidades generalizadas de felicidade e bem-estar. Deste ponto uma idéia mais contemporânea da inovação estimulou a pesquisa a ocupar-se daquela esfera da inovação voltada ao social; como se evidencia do mesmo texto da Comissão Europeia, o termo inovação se refere, neste caso, à

“capacidade de criar e aperfeiçoar idéias originais e inéditas, de valor palpável. ‘Social’ indica a qualidade que se espera da inovação: um valor que tem menos a ver com o lucro do que com a qualidade de vida, a solidariedade e o bem-estar” (BEPA - EUROPEAN COMMISSION 2011, p. 33 – tradução nossa).

Não obstante seja bastante clara a distinção entre inovação social e inovação econômica, (“business innovation” no original), os australianos Pol e Ville (2009) fazem notar o caráter híbrido de algumas inovações que ao mesmo tempo melhoram a qualidade de vida (prerrogativa das inovações sociais) e se revelam idéias novas e lucrativas (elemento fundamental da inovação econômica). Os autores citam o Forum sobre inovação social do ano 2000 para limitar o seu campo de ação, como segue:

“A inovação social trata de melhorar o bem-estar dos indivíduos e da comunidade através de oportunidades de emprego, consumo e participação, tendo então, como propósito certo, o de oferecer soluções para os problemas dos indivíduos e da comunidade. Inovação social e desenvolvimento local podem-se, assim, considerar-se entrelaçados” (Forum on Social Innovation 2000 *apud* Pol e Ville 2009, p. 880 – tradução nossa).

Considerando o aspecto comunitário, participativo e local do TBC, pode-se identificar como este adentra nesta definição operativa de inovação social. O brasileiro Baptista (2007, 2012) se concentra ainda mais sobre o caráter híbrido das iniciativas a meio caminho entre o social e o econômico: objeto da sua pesquisa são as organizações ao mesmo tempo de utilidade pública e orientadas para o lucro. Para isso fala de verdadeiras e próprias empresas sociais como “estratégias de sobrevivência social e inserção econômica que buscam responder a múltiplos fatores (...) segundo as realidades locais” (BAPTISTA 2007, p.19). A nível formal, os exemplos examinados por ele (*APAEB - Associação de desenvolvimento sustentável e solidário da região sisaleira, na Bahia; APA - Associação dos Produtores Alternativos, em Rondônia; OPL – Organização Povo que Luta, em Minas Gerais*) começaram a nível local, como simples grupos informais, que foram evoluindo para estruturas organizacionais mais complexas e chegaram a inserir-se no circuito comercial global. A nível prático, na sua informalidade inovadora, estas empresas representam algo mais. Como exprime eficazmente o autor:

“...as relações entre as pessoas tornaram possível a realização de ações que mudaram a realidade quotidiana. A realização dessas ações gerou uma força nova, uma espécie de patrimônio invisível que era coletivo, formado a partir dos vínculos estabelecidos nas relações interpessoais” (BAPTISTA 2007, p. 82).

Nas palavras de Baptista se nota o duplo caráter “social” da inovação: de uma parte são realizações interpessoais que tornam possível a mudança⁵, de outra, o novo modo de agir provoca, por sua vez, novidades no grupo de referência e no modo de comportar-se, não só entre seus membros, como no ambiente externo.

Os europeus Gerometta, Haussermann e Longo (2005) propõem uma distinção ainda mais clara, chegando a identificar as dimensões intrínsecas da inovação social, como segue: *conteúdo* (a satisfação das necessidades humanas); *processo* (a mudança nas relações sociais); *empoderamento* (*empowerment* no original, ou seja um aumento das faculdades sócio-políticas). Autores como o inglês Leadbeater (2007) parecem, no entanto, considerar a

⁵ Como o autor afirma, em uma outra pesquisa, sobre um grupo de 16 organizações de pequenos agricultores familiares reunidos em associação: “O empreendimento só se tornou possível, e em cada etapa foi sendo fortalecido, por ser realizado em grupo” (BAPTISTA 2012, p. 199).

inovação social exclusivamente nos termos do seu objeto de inovação, limitando-se à dimensão de conteúdo:

“Todas as inovações implicam a aplicação de novas ideias – ou a re-aplicação de ideias velhas em modo novo – para conceber soluções melhores às nossas necessidades (...). A inovação social aplica esse raciocínio aos assuntos sociais: educação e saúde, desigualdade e inclusão” (LEADBEATER 2007, p. 2 – tradução nossa).

Ao contrário, acadêmicos como Taatila, Suomala e Keskinen (2006), da Finlândia, concentram declaradamente sua atenção à dimensão processual, principalmente ao impacto que as redes sociais exercem sobre a inovação:

“concentrar-se nos aspectos sociais do processo de inovação significa concentrar-se nas qualidades das competências estruturais da organização, que são necessários para criar uma inovação” (TAATILA; SUOMALA; KESKINEN 266, p. 317 – tradução nossa).

Por competências estruturais eles querem dizer “como funciona a organização, quais são a sua cultura e os valores, que tipo de informação é depositada e compartilhada entre as pessoas” (TAATILA; SUOMALA; KESKINEN 266, p. 317 – tradução nossa). Então os objetivos de pesquisa dos autores citados, para elaborarem um modelo relacional da inovação social, serão: conhecimentos partilhados, cultura organizativa, processos comunitários etc.

De forma similar, o americano Mumford (2002) analisa alguns casos de inovação social incluindo-os na seguinte definição, focalizada sobre o lado organizativo-relacional: “a produção e a realização de novas ideias sobre como as pessoas deveriam organizar as atividades interpessoais, ou as interações sociais, para alcançar um objetivo individual ou comum” (MUMFORD 2002, p. 253 – tradução nossa).

Consciente das múltiplas interpretações do termo⁶, no Brasil Bartholo (2008) restringe o campo de interesse a um tipo de inovação social bem específica que define como “solidária”. Nas suas próprias palavras,

“as inovações sociais abrangem um campo muito mais amplo de possibilidades do que o tipo específico das inovações sociais solidárias (...), comprometidas com a ampliação e o aprofundamento de nosso senso de comunidade” (BARTHOLO 2008, p. 1).

Bartholo chega a esta definição baseando-se na filosofia do americano Richard Rorty, que tinha as ciências sociais como de fundamental utilidade para ampliar e reforçar o sentido de

⁶ Como Bartholo ressalta, “As inovações sociais em geral referem-se a novas estratégias, conceitos e métodos para atender necessidades sociais dos mais diversos tipos (variando de condições de trabalho a lazer, a saúde) e referindo-se tanto a processos sociais de inovação como a inovações de interesses e também ao empreendedorismo de interesse social como meio de inovação” (BARTHOLO 2008, p. 2).

comunidade no homem, ainda que inspirando-se nas considerações de autores como Ivan Illich e Martin Buber sobre as modalidades de convivência e diálogo no contexto social. Como num diálogo entre interlocutores que se consideram no mesmo plano, as relações paritárias na sociedade são fundadas no respeito ao outro e menos sobre a pesquisa lógica que sobre a imaginação. Bartholo ressalta, então, como a imaginação pode ser o principal instrumento da solidariedade: “É nossa humana capacidade de imaginação que nos habilita a ver outras pessoas como alguém que poderia ser eu” (BARTHOLO 2008, p. 4). E somente isto, segundo Bartholo, pode levar à auspiciosa ampliação e aprofundamento do sentido de comunidade. Considerando a solidariedade mais como uma meta a atingir no futuro do que um fato a se identificar no presente, o autor reconhece assim um papel fundamental da criatividade contínua: “as inovações sociais não conhecem regras fixas a seguir” (BARTHOLO 2008, p. 4), e é ele quem põe decididamente o foco sobre o fator humano e sobre inúmeras potencialidades para um fortalecimento do espírito de comunidade.

1.3.b – Comunidades criativas e serviços relacionais

É a dimensão solidária da inovação social que dá originalidade e espessura aos estudos da brasileira Carla Cipolla (2006, 2012) que, em sua pesquisa, aprofunda as características dos ditos “serviços relacionais”. O termo é próprio da autora, que o define como se segue:

“Os serviços relacionais são aqui definidos como aqueles profundamente fundados em interações interpessoais, que favorecem os encontros do tipo ‘I-Thou’ de maneira especial. Eles desafiam a maneira convencional de conceber e oferecer serviços (...). Esse modelo é baseado em um enfoque onde os benefícios são reciprocamente produzidos e compartilhados pelos participantes” (CIPOLLA 2006, p. 47-48 – tradução nossa).

Partindo da mesma inspiração de base que Bartholo, ou seja os estudos sobre diálogo e as relações paritárias do filósofo austríaco Martin Buber (1921), a autora se mostra particularmente interessada nos casos de inovação social baseados no sentido de comunidade, que surgem espontaneamente e que chegam a modificar, com seu sucesso, os modelos de serviços tradicionais. Como ela mesma explica:

...se trata de serviços onde as pessoas interagem entre si para produzir um benefício comum, as relações sociais são, assim, importantes para compor as soluções e se trata sempre de relações paritárias, face-a-face, onde os beneficiários dos serviços participam da sua realização” (CIPOLLA 2006, p. 16 – tradução nossa).

Paralelamente, a linha de pesquisa de Cipolla se insere num campo particular do design que não se ocupa de desenhar produtos de consumo, mas sim projetar sistemas dedicados a facilitar práticas sociais inovadoras e estreitamente ligadas à sustentabilidade socioambiental.

Em referência a este ponto, Cipolla parte da observação sobre a realidade contemporânea de um outro designer italiano, Ezio Manzini, sobre o qual vale abrir um parêntese.

Também a pesquisa de Manzini (2008, 2012) é voltada para desenhar modelos de desenvolvimento que permitam preservar e regenerar o patrimônio socioambiental. O ponto de partida da sua reflexão é a inversão nas tendências de mercado contemporâneas. Enquanto os modelos econômicos, até então consolidados, são baseados na produção e no consumo de grande quantidade, no mundo contemporâneo se começa a verificar uma redução dos consumos devido à adoção de um novo estilo de vida por parte do próprio consumidor. É esta a premissa de uma ruptura com o passado; é sinal de uma mudança na sociedade; é a abertura de um novo ciclo provocado pela procura de uma melhor qualidade no ambiente físico e social. O autor se refere a esta mudança chamando-a de “descontinuidade sistêmica” e reconhece como “altamente provável que esta descontinuidade sistêmica, em escala macro, seja precedida por muitas descontinuidades locais, isto é, mudanças radicais em escala local” (MANZINI 2008, p.19). São por si só atividades nascidas da iniciativa de pequenos grupos, minorias sociais que formatam soluções para problemas de aplicações mais amplas na sociedade, demonstrando assim a possibilidade de uma mudança. Isto representa o primeiro passo, aquele fundamental para a inovação social. Estes grupos criativos são chamados de “comunidades criativas” seja por Cipolla ou por Manzini que retoma, por sua vez, um termo usado por Meroni para indicar “pessoas que, de forma colaborativa, inventam, aprimoram e gerenciam soluções inovadoras para novos modos de vida” (MERONI *apud* MANZINI 2008, p. 64). As mudanças que estes grupos põem em prática são claros exemplos de inovação social, ou seja, “mudanças no modo como indivíduos ou comunidades agem para resolver seus problemas ou criar novas oportunidades”. Em uma atualização da sua pesquisa, Manzini explica como estas inovações conseguem influenciar cada vez mais rapidamente a sociedade: “graças ao maior nível de conectividade atual, o pequeno (grupo) tem uma influencia geral, sendo um nó dentro de uma grande rede” (MANZINI 2012, p. 17 – tradução nossa), mantendo-se aberto ao mundo e ao mesmo tempo enraizado no seu território.

I.3.c – Modelo relacional dos serviços

A instituição dos grupos de aquisição solidária e das comunidades de auto-ajuda estão entre os tantos exemplos deste tipo de inovação social, examinados por Carla Cipolla (2006, 2009): na sua pesquisa, a estudiosa recolhe uma série de estudos de caso no Brasil e na Itália, para então elaborar um modelo de serviços comunitários, ou “community-based service

model”, como no inglês original cunhado pela autora. Cipolla (2006) delinea as características fundamentais deste modelo de serviços como se segue:

- *presença* como envolvimento entre cliente e agente, em relações uns com os outros;
- *responsabilidade recíproca* entendida como intimidade e confiança, base para a produção de outros bens – ou qualidades – de tipo relacional (por exemplo amizade, solidariedade, etc.);
- *ausência do terceiro agente*, intermediário entre produtores e usuários do serviço;
- *prevalência de relações* em detrimento do objeto: como em Manzini, é sinal de transição para uma sociedade sustentável, que privilegia a qualidade em detrimento da quantidade. Neste caso, a autora insiste no valor relacional dos serviços como índice de qualidade.

Cipolla passa assim a aprofundar a distinção entre serviços relacionais e os serviços *standard*, considerando o tipo das relações envolvidas (“dimensão interpessoal”) e a maneira de funcionamento dos serviços (“dimensão operacional”). A “relação” entre os indivíduos se situa na primeira categoria dos serviços, onde usuário e fornecedor, ao obter benefícios comuns, demonstram disponibilidade e abertura um para com o outro, com consequências relacionais não raro inesperadas (já que cada um se comporta de maneira espontânea, pessoal, e por conseguinte única); nos serviços *standard*, por sua vez, tende-se a verificar uma experiência predefinida pelo cliente, que o fornecedor de serviços se empenha a proceder de uma maneira impessoal e sempre uniforme. Do ponto de vista operacional, no primeiro caso emerge um comportamento colaborativo, enquanto no segundo se verifica uma conduta profissional. Os conceitos são representados na Figura 1:

Serviços relacionais		Serviços <i>standard</i>
Relações	DIMENSÃO INTERPERSOAL	Experiências
Colaborativo	DIMENSÃO OPERACIONAL	Profissional

Figura 1: *Serviços relacionais vs. Serviços standard*. Fonte: CIPOLLA 2006, p. 90 – adaptação.

O quadro se completa com a inclusão das motivações por detrás das duas dimensões: se na dimensão interpessoal o objetivo é a construção e a consolidação de relações, na dimensão operacional tudo funciona para alcançar com eficácia o fim pré-determinado. Isto não quer dizer que um serviço relacional não possa ser eficaz: em cada serviço as duas dimensões se integram sem conflito. Os serviços turísticos se prestam bem a uma exemplificação do esquema há pouco reportado. Ao aplicar um modelo de serviços relacionais baseados na comunidade, Cipolla afirma que

“Hospitalidade pode-se definir (...) como uma relação (...). A relação pode começar quando um viajante, sem preconceitos, encontra uma comunidade, um monumento, um ambiente natural ou uma expressão cultural. Quando a comunidade dá o bem-vindo ao visitante que acaba de chegar, pode começar uma relação única entre o hospede e um ou mais membros daquela comunidade. Um não é mais importante do que ou(s) outro(s). A hospitalidade requer a disponibilidade de um para outro.” (CIPOLLA 2006, p. 91-92 – tradução nossa).

Quando, por sua vez, a viagem equivale ao consumo de um serviço *standard*, ainda segundo a autora:

“...o turista compra uma viagem, isto é, paga para comprar uma experiência, que ele espera de vivenciar, assim como é descrita nos catálogos promocionais (...). O turista tem um papel central: ele é o ‘cliente’? E tudo deve funcionar para a sua satisfação, segundo o que ele escolheu e pagou com antecedência. A comunidade local é (...) um objeto para o turista (...). O turista – para os moradores e trabalhadores locais – também é um objeto, do qual é possível tirar lucro, ou representa uma oportunidade de trabalho” (CIPOLLA 2006, p. 86 – tradução nossa).

Pode-se facilmente pensar no TBC, nos termos propostos por Cipolla, como um serviço que se contrapõe ao modelo de serviço *standard* do turismo tradicional. E de fato, o projeto de turismo de Prainha do Canto Verde, no Ceará, Brasil, é um dos exemplos de serviço relacional eleitos pela autora. Como no TBC, Cipolla faz notar que nos serviços relacionais, a diversidade, o ser “alternativo” é visto como uma oportunidade, um elemento de valor e, seguramente, jamais uma ameaça à ordem pré-estabelecida das coisas. Como Bartholo falava de imaginação como condição preliminar para verificar-se uma inovação social solidária, Cipolla sublinha que a qualidade relacional de um serviço não se pode planificar, mas, no máximo, estimular sua oposição ao domínio exclusivo da experiência pré-determinada. (CIPOLLA 2006, p. 112).

A qualidade relacional dos serviços examinados por Cipolla se identifica, seja no seu caráter peculiar e essencial, vale dizer, sua prerrogativa interpessoal, seja no seu grau de excelência, como a própria autora especifica (CIPOLLA 2006, p. 172). Por sua vez, a qualidade relacional deste tipo de serviços se pode verificar em algumas condições: simbiose, mistura de classes, reciprocidade e simetria. Para ser mais claro: existe simbiose naqueles serviços onde

se estabelece a união entre duas entidades diferentes entre si, como na oferta de hospedagem a estudantes por pessoas idosas, ou então no serviço de acompanhamento de crianças à escola por voluntários – como é o caso do *Walking bus*⁷; a mistura de classes se verifica em serviços como o moto-taxi brasileiro que, segundo a autora, acaba por infringir tabus de distinção social consolidados, favorecendo a inclusão social, já que a classe média-alta, usuária, passa a confiar na direção do motociclista proveniente da favela; a reciprocidade se verifica quando “alguém dá algo a outrem, esperando ser recompensado de forma justa e concreta em data futura, não especificada” (CIPOLLA 2006, p. 123 – tradução nossa). Como ocorre quase exclusivamente entre parentes e em serviços como o *Banco do tempo*⁸; os grupos de compras solidárias; a hospedagem gratuita entre jovens, etc.; a simetria é entendida como redistribuição dos recursos acumulados pela sociedade, como o *Bookcrossing*⁹. Por conseguinte, pode-se afirmar que simbiose, mistura de classes, reciprocidade e simetria revelam, respectivamente, diversidade, vulnerabilidade e dimensão interpessoal dos agentes envolvidos. Em síntese, cada serviço relacional corresponde a uma particular combinação destes três elementos, que constituem seu modelo relacional (CIPOLLA 2006, p. 177).

O que emerge no modelo relacional de Cipolla, além do alto grau de solidariedade já citado, é também o caráter absolutamente informal que permite abrir-se ao outro, romper estereótipos e estabelecer novos modos de relacionar-se com os outros no alcance de objetivos comuns.

I.3.d – Informalidade e redes sociais

Inserindo-se na linha de estudos sobre economia informal, a mexicana Larissa Lomnitz (2009) oferece uma análise extensa e aprofundada das redes sociais, que se revela particularmente útil para o presente trabalho. Lomnitz traça uma breve resenha da economia informal, desde o começo dos anos 1960 até o presente. Ela recolhe uma das primeiras definições do setor, que foi proposta pela OIT (nos anos 1970):

⁷ O *Walking bus* é uma iniciativa de sucesso na Europa, onde o termo se refere a um grupo de meninos que caminham para a escola acompanhados por um ou mais adultos. Pode ser um serviço totalmente informal, como duas famílias alternando-se em acompanhar seus filhos à escola, ou mais estruturado, como um percurso com pontos de encontro, horários e um plano de alternância entre os voluntários (CIPOLLA 2006, anexos).

⁸ Como se lê no site da associação nacional italiana, o *Banco do tempo* é um sistema que permite trocar serviços entre os membros de um grupo, utilizando o tempo usado e não o dinheiro para medir o valor do serviço. (BANCHE DEL TEMPO, texto disponível em <<http://www.associazionenazionalebd.it>> consultado no 30/08/14).

⁹ O dicionário *Concise Oxford English* define o *Bookcrossing* como “a prática de deixar um livro em um lugar público para que outras pessoas o possam recolher, ler e voltar a deixá-lo para outras pessoas” (Concise Oxford Dictionary, 2004).

“práticas tradicionais que incluem uma tendência para a utilização de recursos locais, empresas individuais e familiares de pequena escala em um mercado competitivo não regulado” (LOMNITZ 2009, p. 20).

Lomnitz refere-se a Castells e Portes para mostrar como, nos anos 1980, a economia informal passa a incluir todas as “atividades de produção e distribuição de bens e serviços, empresas e indivíduos caracterizados por não estarem regulamentados pelas instituições de modo legal e social” (CASTELLS; PORTES 1989 *apud* LOMNITZ 2009, p. 21) e leva em consideração De Soto (1987 *apud* LOMNITZ 2009, p. 21) que define economia informal “aquela que, embora persiga objetivos legais em si, utiliza formas ilegais e irregulares para consegui-los”. Através das definições citadas pela autora, se pode notar como o âmbito do setor passa a ser cada vez mais abrangente até os dias de hoje, onde “o informal está ligado ao formal, dando-se uma interdependência entre as economias”, nas mesmas palavras de Lomnitz (2009, p. 21). A rede social, para a autora, é um “campo de relações entre indivíduos” (LOMNITZ 2009, p.18), vale dizer, uma abstração científica usada em âmbito acadêmico para poder descrever com maior facilidade o complexo conjunto de relações que tem lugar num dado espaço social. O domínio desta análise, em boa parte dos estudos de Lomnitz (em particular *Como vivem os marginalizados* e *Sobrevivência em um bairro de periferia na Cidade de México*), são as comunidades marginais que sobrevivem nas periferias das grandes cidades, e aqueles a quem a autora define como “migrantes passivos”. Estes últimos são os habitantes de antigos vilarejos (ou povoados) englobados pela cidade no seu processo de contínua expansão, que “migraram do campo para a cidade sem moverem-se de seu lugar” (LOMNITZ 2009, p.142): um conceito aplicável, na ótica do presente trabalho, também aos membros das comunidades dos vilarejos tradicionais, invadidos pela chegada do turismo de massa ou ameaçados por sua expansão. A constituição das redes informais tem lugar entre grupos marginais, excluídos dos processos de controle econômico, político e social, com o escopo principal de assegurar a sobrevivência dos indivíduos que deles fazem parte. Sobretudo ali, onde não há segurança de emprego e remuneração, não existem sistemas de bem-estar estatais. Alguns grupos se organizam, por sua vez, em redes - habitualmente assentadas sobre instituições tradicionais (tais como a família, a amizade, algum sistema de crenças). Na prática, como afirma Lomitz, a informalidade é uma “resposta às deficiências da formalização” (LOMNITZ 2009, p.21) e “o grupo sobreviverá onde sucumbirá o indivíduo” (LOMNITZ 2009, p. 178). Justamente por não poder fazer referência ao sistema formal, feito de regras escritas e sancionadas pela força estatal, as redes informais devem contar com um forte senso de solidariedade e com a confiança dos seus membros. Com base na proximidade física, distância social e intensidade de intercâmbio entre as pessoas, se estabelecem então redes de solidariedade entre famílias e

vizinhos, onde cada um recebe segundo os recursos disponíveis e contribui na medida das possibilidades. São objetos de troca entre as pessoas: informações e dicas sobre a vida cotidiana, treinamento e ajuda para encontrar ou melhorar emprego ou trabalho; empréstimos; bens compartilhados em comum (de utensílios até a própria habitação); serviços (por ex. cuidar da criança ou dos idosos); apoio emocional e moral. No seu estudo sobre um bairro de periferia de Cidade de México, Lomnitz chega a identificar os mecanismos que reforçam as relações entre os membros da mesma rede: eles são o compadrio entre parentes e vizinhos; a “camaradagem”, isto é, a amizade masculina com seus ritos e regras; e a presença de uma ideologia de ajuda mútua bem enraizada na cultura das pessoas. Ocorrem relacionamentos fora da rede e, caso sejam regulares e recíprocos (embora menos frequentes que dentro da rede), esses podem estabelecer macro redes de intercâmbio. A teoria das redes sociais pode ser aplicada à sociedade inteira, como faz Lomnitz no seu estudo da realidade política mexicana *Redes informais de intercâmbio em sistemas formais* (LOMNITZ 2009, pp. 37-64). Neste caso, cada indivíduo (ou núcleo de indivíduos) representa um “elo” na rede social, com ligações horizontais ou verticais segundo a posição na estrutura social. As relações entre os membros da rede são paritárias quando têm lugar entre parentes e amigos, baseiam-se na solidariedade e implicam reciprocidade nas trocas. No caso de relações entre indivíduos (ou núcleos de indivíduos) em diferentes níveis sociais, o valor no qual se baseiam as trocas são a lealdade da parte dos membros inferiores, que alimenta o poder de quem está mais alto no tecido social. A posição de um indivíduo na estrutura dependerá de quatro fatores: (1) tipo de recursos que controla – se trabalho, ajuda nas tarefas domésticas, etc.; (2) nível ou quantidade dos mesmos; (3) direção do intercâmbio dos recursos (vertical ou horizontal) – como vimos, a sociedade é estruturada em vários níveis que dependem da quantidade de poder detido; (4) articulação formal ou informal com os grupos que controlam os recursos. Interessante é notar como a autora destaca a lógica “simbólico-cultural” (LOMNITZ 2009, p. 39) das atividades informais, que variam de uma cultura a outra¹⁰. O mesmo conceito é expresso mais vezes na descrição das redes informais: “o intercâmbio de recursos depende de códigos éticos não escritos que representam valores culturais. (LOMNITZ 2009, p.106). Ao reconhecer a importância dos valores típicos da população local, Lomnitz mostra um pensamento muito similar à sitiologia de Zaoual. Ali, onde este falava de caixa preta como conjunto de ritos e mitos, Lomnitz fala de lógica simbólica. Onde Zaoual aportava a caixa conceitual, o saber social acumulado e caixa de ferramentas e modelos de ações apropriadas ao contexto, Lomnitz fala genericamente de cultura local.

¹⁰ “No México, por exemplo, (...) existe uma ideologia familiar muito mais forte que a do liberalismo europeu do século XX” (LOMNITZ 2009, p. 43).

CAPÍTULO II – PRAINHA DO CANTO VERDE E A REDE TUCUM

Neste capítulo relatamos a experiência da Prainha do Canto Verde (seção II.1) como uma das primeiras comunidades do Nordeste brasileiro, senão de todo o Brasil, que pôs em prática seu modelo de TBC nos anos 90 e virou exemplo referencial para outras comunidades do litoral cearense, até o momento presente. Veremos como, a partir da luta pelos próprios direitos, os membros da comunidade de Prainha do Canto Verde aprenderam a organizar-se em associação. A gestão comunitária dos assuntos vitais para os moradores, como a pesca e a posse da terra, levou-os a desenvolver um projeto de TBC que continua até hoje. Atualmente, a Prainha do Canto Verde é um membro da Rede Tucum, junto a outras 14 comunidades cearenses que desenvolvem projetos de TBC. A experiência da comunidade da Prainha funcionou, no começo, como força inspiradora pela Rede, que representa uma importante alternativa ao turismo de massa no Ceará. A forma organizacional e os objetivos da Rede são descritos na seção II.2, onde se encontra também o perfil de cada comunidade associada a Tucum e os planos para o futuro.

II.1 – TBC na Prainha do Canto Verde

O caso da Prainha do Canto Verde, referencial internacional no âmbito do TBC, é introduzido através da história da sua comunidade na seção II.1.a, desde a fundação até os últimos episódios de luta para a posse da terra. Na seção II.1.b se aprofundam os detalhes do projeto TBC nesta localidade e se explica a importância do papel desenvolvido pelos moradores, reunidos em Associação, bem como de organizações externas, que ajudaram a comunidade no desenvolvimento da experiência de TBC e na melhoria das condições de vida da comunidade. A Cooperativa do Turismo da Prainha do Canto Verde, a sua gestão do TBC e recentes mudanças organizacionais representam os principais assuntos da seção II.1.c.

II.1.a – História da localidade

A Prainha do Canto Verde é uma localidade no município de Beberibe, no litoral leste do Ceará, a 126 km de distância de Fortaleza pela CE-040. Seu nome tornou-se referência entre os projetos de TBC do Brasil e do mundo inteiro a partir de 2000, quando ganhou, na Feira Internacional de Turismo em Berlim, o prêmio TO DO! 99, concedido pela ONG alemã *Studienkreis für Tourism und Entwicklung* (Grupo de estudos em Turismo e

Desenvolvimento). Desde então, além de ganhar outros prêmios¹¹ e atrair turistas em busca de propostas alternativas de viagem, esta localidade virou foco de interesse de pesquisadores, acadêmicos, jornalistas e documentaristas, como exemplo de inovação e sucesso (BARTHOLO, BURSZTYN, SAVIOLO 2009; MENDONÇA 2004; SAVIOLO 2003).

Para compreender a unicidade desse projeto é necessário conhecer um pouco da história da Prainha do Canto Verde. Esta região, de grande tranquilidade, banhada por um mar cheio de peixes e rica em atrativos naturais¹², começou a ser povoada por volta de 1860. Foi então que Joaquim “Caboclo” Fernandes do Nascimento e Maria da Conceição “Filismina”, sua esposa, ali se instalaram, gerando 12 filhos: eles foram os primeiros membros da comunidade da Prainha do Canto Verde, como ressalta René Schärer, registrando o relato dos moradores mais velhos. Até 1974 as famílias moravam em casas de taipa perto da Lagoa do Jardim mas, naquele ano, uma inundação destruiu as suas construções e assim tiveram que mudar para o atual Bairro Vermelho - criando ali um novo núcleo residencial (SCHÄRER 2003, p. 234). Os desafios do povo da Prainha do Canto Verde tinham somente começado. Em 1976, o grileiro Antônio Sales Magalhães iniciou uma ação de ocupação de uma área de 749 hectares, no Município de Beberibe, incluindo a praia onde habitava a população de pescadores desde o século XIX e a Faixa da Marinha, tomando posse dela posteriormente por usucapião. O objetivo do grileiro era vender a terra à Imobiliária Henrique Jorge, como efetivamente o fez em 1985, depois de obter sentença favorável do juiz da comarca de Beberibe na ação de usucapião. Foi somente em 2006 que, graças a ação rescisória dos moradores, em 30 anos de resistência aos ataques de “capangas” armados, a Prainha do Canto Verde foi reconhecida oficialmente posse do seu povo, já que o Supremo Tribunal de Justiça declarou a ação de Antônio Sales Magalhães e de Henrique Jorge como grilagem e fraude. Por ocasião do Dia do Meio Ambiente de 2009, o então Presidente da República Luis Inácio da Silva assinou decreto criando a Reserva Extrativista (Resex)¹³ da Prainha do Canto Verde, com 29.794 ha de

¹¹ Em 2000, recebeu também o Prêmio TORA D'OR de melhor filme documentário sobre Turismo Sustentável; foi o único projeto brasileiro, junto a Silves (AM), indicado no Guia de Turismo Comunitário da ONG Britânica *Tourism Concerns*; obteve a menção honrosa do Premio de Turismo para o Futuro (Tourism for Tomorrow Awards) da British Airways em 2003 (MENDONÇA 2004, p.78-79).

¹² Nas palavras de Mendonça: “A Prainha do Canto Verde, situada sobre e entre dunas fixas e móveis, lagoas temporárias e planícies alagáveis, apresenta como principais atrativos: praias abertas com mar calmo, dunas, coqueiral, lagoas e como destaque a comunidade que tem na pesca artesanal, feita em jangadas, sua principal fonte de renda” (MENDONÇA 2004, p. 74). Conforme René Schärer: “Sendo pescados artesanalmente várias espécies, como lagosta vermelha (*Panulirus argus*), lagosta cabo verde ou samango (*Panulirus laevicauda*) e grande variedade de peixes como cavala, serra, guaiúba, agulha, bonito, arraia, dentão, cioba, pargo e outros. Através de dunas móveis chega-se as lagoas; a mais próxima sendo a Lagoa do Córrego do Sal. Na lagoa e outras áreas alagadas podemos observar garças e aves migratórias [que] já foram vistas na região” (SCHÄRER 2003, p. 1).

¹³ “A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais, conforme o disposto no artigo 23 da Lei nº 9.985, de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas” (SAVIOLO 2003, p. 91).

extensão¹⁴. A Associação dos Moradores, fundada em 1989 (SCHÄRER 2003, p. 234) para gerir questões comunitárias e tomar decisões de vital importância na recente história da localidade, revelou-se uma ferramenta eficaz na resistência contra a especulação imobiliária, bem como na luta contra a pesca predatória. Foi ela quem exerceu o papel principal no desenvolvimento de um projeto de turismo comunitário.

II.1.b – Associação dos moradores e TBC

De fato, nos anos noventa do século XX o turismo de massa chegou a modificar dramaticamente muitas localidades nos arredores de Prainha do Canto Verde, como Canoa Quebrada, Parajurú e Praia das Fontes. Aumento de criminalidade, consumo de drogas e prostituição foram as consequências enormemente negativas trazidas pelo turismo “tradicional” face a benefícios escassos, quais sejam poucos empregos fixos e parca fonte de renda para os moradores, diante de enormes negócios geridos por empresas estrangeiras. Assim constataram os questionários, aplicados em 1994 por alguns pesquisadores bolsistas¹⁵ que visitaram aquelas praias vizinhas, justamente para entender se e que tipo de desenvolvimento ali se estava tomando forma. Foi então que o Conselho de Turismo da Associação dos Moradores decidiu tomar um rumo diferente das demais localidades do litoral e chegou a elaborar, em 1997, uma missão para “desenvolver o turismo ecológico de forma comunitária para melhorar a renda e o bem-estar dos moradores, preservando os nossos valores culturais e os recursos naturais da nossa região” (SCHÄRER 2003, p. 235). Ou seja, como relatam Saraiva e Lima (2001):

“desenvolver o turismo de forma sustentável, sem dominação de investidores externos para que o lucro fique dentro da própria comunidade e os problemas normalmente associados ao turismo convencional fiquem fora” (SARAIVA, LIMA 2001, p. 85).

¹⁴ Como se lê no site da Prainha do Canto Verde (PCV, texto disponível em - <<http://www.prainhadocantoverde.org>> consultado em 16/10/14), “a maioria dos moradores estão felizes com a Resex e a garantia do uso da terra para eles e as futuras gerações e o direito de uso dos recursos na parte marinha da Resex. Só falta o Governo assinar o CCDRU – Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, que já está demorando demais”. Porém, depois da criação da Resex, a comunidade veio saber que em 1985 o empresário cearense Montano Tales Sá Cavalcante havia comprado do grileiro Antônio Sales Magalhães 315 hectares de terra na Prainha do Canto Verde. Embora o empresário já tivesse perdido seu terreno em consequência da sentença sobre a grilagem em 2006, moveu uma ação “com o objetivo específico de derrubar a Resex”. Como está explicado no site da Prainha do Canto Verde, em agosto 2009 “o Tales despachou o seu advogado de 2º Paulo Lamarão para a comunidade, este achou um grupo de dissidentes e junto criaram a Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências – AIMPCVA. (...) o advogado Paulo Lamarão entrou com uma ação de usucapião em nome da AIMPCVA para as 295 hectares que a Imobiliária Henrique Jorge perdeu na decisão do STJ”. Assim a história de luta pela terra continua.

¹⁵ “Foram cedidas bolsas de estudo do 2º grau, em Fortaleza, para 13 alunos pela Fundação de Amigos da Prainha do Canto Verde” (MENDONÇA 2004, p. 77).

O público alvo nesse projeto seria, então, “aquele que respeita a natureza e valoriza a cultura e a história dos nativos” (SCHÄRER 2003, p. 235) permitindo desenvolver “um turismo de pequena escala, com um fluxo turístico adequado e constante e oferta de serviços turísticos que lhe seja proporcional”, como bem destacam Bartholo, Bursztyn e Saviolo (2009), que também descrevem o caráter do turismo na Prainha como subsidiário e complementar a pesca. Ambientalismo e turismo comunitário aparecem, de fato, fortemente entrelaçados na missão da Prainha do Canto Verde e isso se reflete na prática de gestão e defesa dos interesses comunitários.

Ferramenta fundamental para alcançar os objetivos turísticos e ambientais da Prainha do Canto Verde foi, como já mencionado, a Associação dos Moradores. “Principal núcleo representativo da comunidade, criada em 1989 (...) representa o mais valioso patrimônio da comunidade da Prainha do Canto Verde” (MENDONÇA 2004, p. 96). A associação, oficializada em 1993, articula-se em diferentes Conselhos - Educação, Saúde¹⁶, Terra, Pesca, Turismo e Artesanato - e em 2001 era formada por uma diretoria de 12 membros e cerca de 400 sócios, o que permite dar voz a uma boa parte da população, registrada em torno dos 1.100 habitantes na virada do século XXI (SARAIVA; LIMA, 2001, p. 83). Nos últimos anos a população aumentou para 1.200 habitantes e a Associação dos Moradores refletiu esse crescimento, sendo que os membros da diretoria passaram a 14¹⁷.

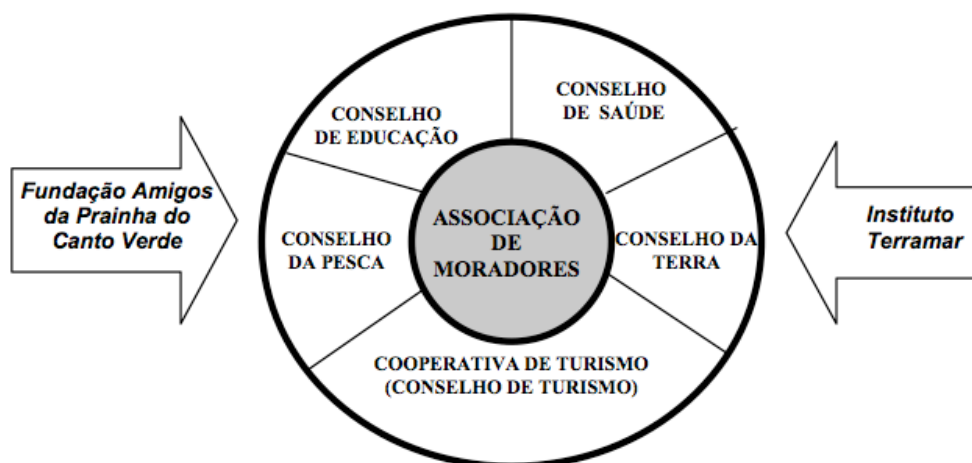


Figura 2: *Estrutura político-organizacional da Prainha do Canto Verde*. Fonte: Mendonça 2004, p. 97)

¹⁶ “Com seu projeto de Saúde Ambiental, a Associação dos Moradores investiu no combate a mortalidade infantil, desnutrição e planejamento familiar, conseguindo zerar a mortalidade infantil” (SAVILOLO 2003).

¹⁷ Informação fornecida por Francisco Edino, Coordenador do Turismo de Prainha do Canto Verde, em 14/10/14.

Entre as contingências da comunidade e a gestão de projetos para melhorar a qualidade de vida dos moradores, a associação administra ainda o mar, ou seja a pesca, e a terra da comunidade (HELMSING; FONSECA 2011).

Episódio que demonstrou as inúmeras potencialidades da Associação foi a campanha “S.O.S. Sobrevivência” em 1993: uma viagem de protesto de um pequeno grupo de pescadores da Prainha do Canto Verde que partiu do litoral do Nordeste no dia 4 de abril e chegou a Rio de Janeiro no 16 de junho de 1993. A empreitada foi apoiada por duas mulheres da Prainha do Canto Verde que se deslocaram, de carro, acompanhando por terra a rota da jangada S.O.S. Sobrevivência para chegar ao Rio junto com os pescadores, acolhidos pela imprensa por entusiastas atraídos pela questão (SCHÄRER 2003, p. 234). Foi uma maneira de chamar a atenção da opinião pública para os problemas das comunidades pesqueiras¹⁸ e criar um vínculo de solidariedade entre elas, denunciando os danos da pesca predatória cada vez mais praticada, ilegalmente, nas águas do litoral cearense (SARAIVA; LIMA, 2001, p. 83) e a “inexistência de políticas voltadas para a pesca artesanal por parte do governo” (SAVILOLO 2003, p. 83). Além disso, foi uma demonstração de consciência histórica da comunidade que, com esta “regata heróica” repetiu a viagem de outros pescadores que em 1941 partiram de Fortaleza para chegar no Rio de Janeiro por barco e entregar ao presidente daquela época, Getúlio Vargas, uma carta onde explicavam as dificuldades e a pobreza dos pescadores do Ceará (BARTHOLO, BURSZTYN, DELAMARO 2008, p.112). Nessa ocasião, a ação do “povo do mar” teve tanto êxito que a comunidade pesqueira começou a reunir-se e a organizar outras iniciativas como o I Fórum dos Pescadores do Litoral Leste em 1995 (SCHÄRER 2003, p.234, MENDONÇA 2004, p.101) até elaborar o Regulamento da Pesca da Lagosta, em 2002 (MENDONÇA 2004). Porém, no site da Prainha do Canto Verde se lê que o governo federal não regulamentou a pesca até os dias de hoje nem tampouco interveio na luta contra os piratas do mar.

O episódio “S.O.S. Sobrevivência” foi duplamente importante na vida da Prainha do Canto Verde, eis que na origem própria desta campanha surgiu o Instituto Terramar. Trata-se de uma ONG filiada à ABONG (Associação Brasileira de ONGs) que desde o começo promoveu, organizou e incentivou o desenvolvimento integrado junto às populações costeiras do Ceará “procurando a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento de sua autonomia”, para citar as palavras de Mendonça (2004). Como explica Saviolo (2003), o Instituto Terramar foi

¹⁸ Saviolo (2003, p. 82) explica que a vida dos pescadores é marcada por problemas de saúde (câncer de pele, problemas de coluna, hipertensão e glaucoma são doenças frequentes, devidas as condições de trabalho), falta de

fundado “por engenheiros de pesca, acadêmicos do Labomar (o instituto de Ciências do Mar da Universidade Federal do Ceará) e voluntários da campanha ‘S.O.S. Sobrevivência’ ”; está ainda ativo e suporta, entre muitos projetos, o TBC na Prainha do Canto Verde e nas vizinhas localidades com alto potencial turístico inscritas numa área de 573 km de extensão no litoral cearense. Esta ONG¹⁹, que estreou dando apoio ao protesto, foi fundada por um membro especial da comunidade: trata-se de René Schärer, um ex-diretor da companhia aérea Swissair no Brasil, de origem suíça e residente na Prainha do Canto Verde desde 1992 (SARAIVA; LIMA, 2001, p. 81). Além do Instituto Terramar, a sua contribuição para o desenvolvimento local inclui uma série de ações, entre as quais a criação da Associação (hoje Fundação) Amigos da Prainha do Canto Verde, que recolhe doações para projetos da comunidade; a sua colaboração e trabalho nestes projetos²⁰ e a participação no Conselho de Turismo. Embora tenha abraçado, ultimamente, uma posição predominantemente consultiva (BURSZTYN *et al.* 2003, p. 30), seu papel marcou, sem dúvida, a história da Prainha do Canto Verde e, através das associações que fundou, deu força para que ela virasse o caso referencial que é agora.

Os primeiros turistas, segundo os dados recolhidos por Mendonça (2004), chegaram à Prainha do canto Verde em 1993, hospedando-se nas casas dos pescadores. Nas palavras da autora, eram “amigos que apoiavam os projetos desenvolvidos e pessoas ligadas a ONG’s” (MENDONÇA 2004, p. 77). Quase 10 anos depois, o turismo tinha crescido de forma progressiva e relevante, produzindo nos anos 1999, 2000 e 2001 uma receita de 48.000, 71.000 e 97.000 reais respetivamente, para um consumo médio de 34 reais por dia - conforme os dados relatados por Bursztyn *et al.* (2003). Em termos de fluxo turístico, nos mesmos anos foram registrados, respectivamente, 1.437, 2.097 e 2.844 pernoites (MENDONÇA 2004, p.

formalização profissional, de fiscalização e, por conseguinte, remuneração escassa, muitas vezes feita simplesmente com a divisão do pescado do dia.

¹⁹ De uma integração dos dados reportados por Saraiva e Lima (2001, p. 82) com aqueles disponíveis no site da ONG (TERRAMAR Disponível em <<http://www.terramar.org.br>> Acesso em 10/10/14), a organização é composta por profissionais de formações diversas, que se articulam na seguinte forma: um Conselho Diretor com um presidente, um secretário geral e um tesoureiro; um Conselho Fiscal e um Conselho Consultivo.

A organização possui cinco *Programas Institucionais*, definidos pela mesma Terramar como “estruturas que expressam as temáticas trabalhadas pela instituição, estando diretamente vinculados ao plano de ação (...) e a partir dos quais se organizam os objetivos e as estratégias (...) e as equipas de trabalho”. Eles são:

- *Desenvolvimento Solidário*, ou seja “alternativas socioeconômicas e culturais que articulam as potencialidades e práticas tradicionais”;
- *Direito à Terra, Água e ao Território*, ou seja “ações voltadas para a valorização das atividades tradicionais, vinculadas às culturas e aos bens ambientais da Zona Costeira do Ceará”;
- *Democratização da Participação Política*, ou seja “ações voltadas para o fortalecimento da participação das mulheres e da juventude como sujeitos políticos; a incorporação das dimensões de gênero, raça e etnia nos processos movimentados pela ação institucional”;
- *Setor Administrativo e Financeiro*;
- *Núcleo de Comunicação*.

²⁰ “Alguns projetos realizados para as crianças, na área de saúde e educação, fizeram com que René Schärer (...) conquistasse o Prêmio Criança 1997, pela Fundação ABRINQ, concedido às iniciativas que têm como foco a luta pelos direitos das crianças” (MENDONÇA 2004, p. 98)

118). Para alcançar esses resultados, como explicam os últimos autores, a comunidade investiu sobretudo no turismo de eventos e cursos, aportando melhorias nas infraestruturas e na capacitação dos trabalhadores do setor. Entre outros eventos, o Conselho de Turismo organizou o Seminário de Eco-Turismo Comunitário nos dias 29 e 30 de outubro de 1998, graças ao financiamento dos Amigos da Prainha do Canto Verde e ao apoio técnico do Instituto Terramar. Através das reuniões desse seminário foi elaborado formalmente o Projeto de Turismo Socialmente Responsável da Prainha do Canto Verde, como ressalta Mendonça:

“Tendo o turismo como uma atividade econômica, esta prática deixa de ser representada por um Conselho que se transformou em Cooperativa, em 2001, com a ajuda da Incubadora de Cooperativas da Universidade Federal do Ceará – UFC” (MENDONÇA 2004, p. 110).

Em 2001, o número de turistas individuais começou a aumentar, enquanto as presenças por causa de eventos, seminários ou cursos diminuíram. Isso aconteceu logo depois da já mencionada premiação internacional do projeto de TBC da Prainha do Canto Verde (BURSZTYN *et al.* 2003, p. 25). Em 2003, ano durante o qual houve um Seminário de planejamento estratégico para a atualização de metas e estratégias de atuação (MENDONÇA 2004, p.111), os serviços turísticos oferecidos pela Prainha do Canto Verde consistiam em: 6 estabelecimentos de hospedagem (pousadas, casas para aluguel e quartos domiciliares para uma capacidade total de 45 pessoas); 5 restaurantes e barracas; aluguel de salas equipadas para seminários (até 60 pessoas); transporte de turistas; caminhadas com guias, excursões de bugre, passeios de jangada e catamarã (BURSZTYN *et al.* 2003, p. 24-25). Uma atualização dos dados para o momento presente (conforme informações fornecidas por Francisco Edino, coordenador do turismo de Prainha do Canto Verde, em 14/10/14) ressalta um aumento dos estabelecimentos de hospedagem para 20 (2 pousadas, 8 casas para aluguel durante eventos especiais, até 10 famílias com quartos domiciliares em casa própria para uma média de 6 turistas cada uma) constituindo uma capacidade de hospedagem total de 141 pessoas. Sempre de acordo com os dados revelados, hoje existem somente 3 estruturas para alimentação (1 restaurante de pousada, 1 restaurante não cadastrado pela Cooperativa, 1 barraca de praia); um centro comunitário para a realização de seminários (capacidade até 60 pessoas) com almoço comunitário, preparado pelas cozinheiras da Prainha e serviço de traslado; caminhadas com guias; até 5 bugres para excursões; 1 catamarã para passeios turísticos; não havendo, como outrora se deu, um barco tipo jangada dedicado exclusivamente às excursões. Por causa de atrasos na contabilização comunitária, não é possível saber qual foi a receita gerada pelo turismo na Prainha do Canto Verde nos últimos anos, embora o fluxo turístico figure bem menor do que na virada do novo milênio. O Coordenador do Turismo Francisco Edino, que

trabalha na Prainha do Canto Verde no cargo desde 2009, fala de números em torno de 1000 pessoas por ano, entre visitas e pernoites: é provável que a crise financeira internacional tenha afetado a possibilidade de turistas potenciais viajarem para o Brasil.

II.1.c – A Cooperativa de Turismo

Como explicam, seja Schärer (2003), seja Mendonça (2004), “o que diferencia a Prainha do Canto Verde dos demais destinos turísticos é que todos os empreendimentos turísticos são de propriedade dos ‘nativos’ e administrados por eles; o que tende a dignificar a própria comunidade” (MENDONÇA 2004, p. 113). Até agora, de fato, as atividades de turismo tem sido domínio exclusivo dos moradores e, inclusive, para trabalhar no setor qualquer membro da comunidade precisa cadastrar-se como prestador de serviço turístico na cooperativa local COOPECANTUR (Cooperativa de Turismo e Artesanato)²¹, o que prevê o pagamento de uma taxa anual. Em alternativa, o prestador de serviços turísticos pode transferir o 10% do valor de cada pacote ou serviço vendido. No passado, a cooperativa organizava oficinas e cursos de capacitação para os seus membros – o que não acontece mais. Em 2003, de acordo com Bursztyn *et al.* (2003), eram 40 os prestadores de serviços turísticos cadastrados e que atuavam individualmente ou em grupos de até 12 pessoas; os dados se mantêm parecidos até o momento presente²². Para tornar-se empreendedor turístico na Prainha do Canto Verde é preciso ter um capital próprio de investimento; ao contrário, no começo do projeto de TBC (e até 2011, segundo o atual Coordenador do Turismo), existia um Fundo Rotativo para Pequeno Empréstimos, constituído justamente para conceder crédito aos pequenos empresários turísticos da comunidade – como informam Bursztyn *et al.* (2003). Para obter um crédito de 800 reais, por exemplo, era preciso ser membro da COOPECANTUR ou apresentar um projeto para iniciar algum tipo de atividade turística. Uma vez aprovado o projeto pela cooperativa, os empreendedores recebiam financiamento, acompanhamento no projeto e capacitação. Bursztyn *et al.* (2003) afirmavam, naquela época: “os empreendedores estão satisfeitos com os resultados obtidos e têm expectativa positiva quanto ao crescimento”. A renda gerada pelo turismo incrementa a economia da comunidade,

²¹ “A COOPECANTUR é administrada por uma diretoria composta por 5 membros, com mandatos de 3 anos: presidente, vice-presidente, secretário, diretor de finanças, diretor de relações com a comunidade, todos eleitos em Assembléia Geral. Para melhor operação e funcionamento da cooperativa, ela se divide em (...) grupos de trabalho: hospedaria, barraqueiros, cozinheiras (...) Os líderes dos grupos têm representação na diretoria da COOPECANTUR como porta-vozes dos demais membros” (MENDONÇA 2004, p. 116-7). Segundo o Coordenador de Turismo atual, as Assembléias Gerais acontecem anualmente “podendo todos os membros ser convocados em caso de necessidade de tomada de decisões mais urgentes”, como já especificou Mendonça (2004).

alimentando negócios comerciais como por exemplo padarias, mercearias, material de construção etc. Porém, por causa do pouco lucro obtido nos últimos anos (segundo informações fornecidas por Francisco Edino, coordenador do turismo, em 20/10/14), a COOPECANTUR não beneficia mais o Fundo Social e Educacional, que utilizava de 15 a 20% do saldo anual da Cooperativa (além das contribuições voluntárias dos visitantes) para organizar cursos educativos, oficinas de conscientização, obras de reforma, assistência em caso de acidentes, etc. Todos os moradores podiam aproveitar destes serviços em troca de prestação de serviços comunitários (BURSZTYN *et al.*, 2003; MENDONÇA, 2004; SAVIOLO, 2003). Quanto á possibilidade de obter bolsas de graduação universitária, continua a possibilidade de pedir um empréstimo em torno de 300 reais por mês, cujo montante é restituído à Associação Amigos da Prainha do Canto Verde em parcelas a longo prazo, conforme as possibilidades do tomador, depois da formatura (informação fornecida por Francisco Edino, coordenador do turismo, em 20/10/14).

O que não mudou no projeto da Prainha do Canto Verde é que desde o começo os prestadores de serviços turísticos tem conseguido manter sua atividade de TBC sem nenhum tipo de relacionamento da comunidade com o poder público: “seja ele municipal, estadual ou federal, não possui nenhuma influência sobre a gestão do turismo na comunidade”, como destaca Mendonça (2004). A autora, em 2003, chegou a constatar que a Prainha do Canto Verde não tinha sequer presença no material de divulgação turística (CD-ROM) da Prefeitura do Município de Beberibe. Embora os órgãos oficiais de Turismo agora distribuam informações sobre este projeto, junto a outras opções de viagem mais tradicionais, o maior esforço de divulgação deve sempre ser atribuído as forças do povo local que, como veremos na próxima seção, se uniu formando uma rede local para o desenvolvimento do TBC no Ceará.

II.2 – Fundação e desenvolvimento da Rede Tucum

A parte II.2 trata da Rede Tucum, que reúne varias comunidades ao longo do litoral do Ceará, onde se faz TBC. Da Tucum faz parte a própria Prainha do Canto Verde, seja como inspiradora de projetos de TBC bem-sucedidos, seja como membro da rede em continuo desenvolvimento, que pretende fortalecer-se junto as outras. Na seção II.2.a se explicam as principais características destas localidades, que se estão situadas na costa em torno de Fortaleza. Por praticidade dividimos os perfis em comunidades da Costa Oeste (seção II.2.b) e da Costa Leste (seção II.2.c). O que emerge deste panorama é uma grande variedade entre os

²² Informações fornecidas por Francisco Edino, Coordenador do Turismo de Prainha do Canto Verde, em 14/10/14.

membros da Tucum: a maioria das comunidades mora entre lagoas e sistemas de dunas perto da praia, uma delas oferece uma opção de turismo rural no interior, duas comunidades são de povos indígenas e outros dois centros afiliados oferecem hospitalidade solidária nas adjacências de Fortaleza. Depois de oferecer uma idéia mais específica dos projetos de TBC das comunidades associadas, passamos a descrever os objetivos específicos da Tucum e o seu modelo de organização, para concluir com os planos para o futuro (seção II.2.d).

II.2.a – Definição e características gerais

A Rede Tucum nasceu como uma organização totalmente informal em torno de 2006, da idéia de colocar à disposição das comunidades da costa cearense experiências de TBC bem sucedidas como aquelas da Prainha do Canto Verde e de Tremembé (conforme entrevista a Armando Stefani - DEPOIMENTOS) para que, juntas, pudessem fortalecerem-se.

Como se lê no site Tucum (TUCUM, texto disponível em www.tucum.org consultado entre 1/10/14 e 14/10/14):

“A Rede busca o fortalecimento da proposta de turismo comunitário, oferecendo belas paisagens aliadas ao compromisso social. Juntas, cada comunidade se fortalece, fomentando a troca de experiências e a cooperação, tendo em vista o compartilhamento de saberes e a construção de estratégias coletivas de superação dos desafios a serem enfrentados” (TUCUM 2014)

Não é acaso que, buscando o sentido da palavra *Tucum* no dicionário Michaelis (MICHAELIS, texto disponível em michaelis.uol.com.br consultado em 14/10/14), se apreende que *Tucum* (ou *Ticum*) é o nome de um tipo de palmeira, cujas folhas produzem uma fibra muito forte; o termo provem do tupi “agulha para costura” porque os índios usavam o espinho dessa espécie de palmeira para costurar. Evidencia-se, assim, a importância do ambiente nativo para essas comunidades e a força atribuída às relações que nascem entre elas. Em outras palavras, a Rede Tucum se pode definir como “uma articulação de comunidades que se propõe a realizar o turismo comunitário no Ceará, integrando a perspectiva de fortalecer a relação entre sociedade, cultura e natureza, com justiça ambiental” (TUCUM *apud* FORTUNATO; SILVA 2013, p. 130).

Contam-se 15 membros na Rede, incluindo a Associação Mulheres em Movimento, o Alojamento Frei Humberto e a Prainha do Canto Verde entre as demais comunidades tradicionais ao longo da costa do Ceará. Estas comunidades vivem de atividades como pesca, agricultura e artesanato, sendo que o turismo representa uma integração complementar às fontes de renda principal. Algumas se distinguem pela presença de etnias indígenas, outras pela experimentação de técnicas agrícolas sustentáveis e outras são lugares litorâneos de grande atratividade turística, que conseguiram resistir à invasão do turismo de massa.

Conforme o caráter único de cada experiência de TBC, é preciso ressaltar os detalhes mais significativos de todas as comunidades da Rede, como depreendemos das páginas do site Tucum (TUCUM, texto disponível em <www.tucum.org> consultado entre 1/10/14 e 14/10/14) e do livreto da Rede, publicado em 2010 (TUCUM 2010).

II.2.b – Comunidades da Costa Oeste

Na costa a **oeste de Fortaleza** se encontram as comunidades de pescadores de Flecheiras, Caetanos de Cima, Assentamento Maceió, Curral Velho e Tatajuba, respetivamente a 130 km, 170 km, 170 km, 242 km e 340 km da capital do Ceará.

Embora seja uma praia muito conhecida e a mais frequentada do município de Trairi, **Flecheiras** (Município de Trairi) consegue manter as atividades de pesca tradicional e o cultivo de algas marinhas graças ao seu projeto de TBC. Os turistas, além de apreciarem a enseada entre dunas e coqueirais onde fica a praia, podem visitar o centro de produção de algas (para fins alimentares, cosméticos e decoração artesanal) e a área de cultivo no mar, bem como saborear receitas a base de algas.

Caetanos de Cima (Município de Amontada) é um vilarejo de agricultores e de pescadores que lutam para obter a posse da sua própria terra; a área habitada, em meio a dunas e lagoas, foi decretada assentamento de reforma agrária ainda nos anos 80 mas não está isenta das contínuas ameaças de agentes da especulação imobiliária. A resistência desse povo encontra força na tradição musical, na narração de histórias e em outras atividades das quais é possível aproximar-se no Ponto de Cultura *Abrindo Velas Pescando Culturas*. Este centro funciona desde 2005 graças ao apoio do Ministério da Cultura.

Membro da Rede Tucum desde outubro 2012, o **Assentamento Maceió** (Município de Itapipoca, distrito de Marinheiros) oferece belas paisagens, típicas desta área costeira: além das lagoas na mata, há dunas perto do mar e, durante a maré baixa, se formam piscinas naturais nas praias de Apiques e Maceió. A população, estimada em 800 famílias, lutou pela terra onde mora na década de 1980 e nos últimos anos começou uma experiência de TBC, oferecendo “estrutura para camping, chuveiros e banheiros ecológicos. Lá também é possível conhecer o cultivo sustentável de algas marinhas e trocar experiências sobre a cultura dos povos do mar e suas lutas pela garantia de território”, como se pode ler no site da Rede Tucum. As atividades principais dos habitantes são: agricultura, criação de pequenos animais, pesca e artesanato.

Os lugares mais característicos de **Curral Velho** (Município de Acaraú) são Praia de Arpoeiras e o manguezal. Ali os turistas podem aprender sobre a pesca artesanal e a

importância do ecossistema local. Durante as excursões, guias explicam que este manguezal foi preservado pela vontade dos moradores, que conseguiram bloquear a agressão ambiental da carcinicultura (a implantação de cativeiros para criação de camarões) que prevalece na região. O centro de TBC *Encante do Mangue* funciona como ponto de hospitalidade, gastronomia e educação ambiental.

A luta do povo pela terra onde morar é forte elemento de identidade de **Tatajuba** (Município de Camocim). A associação dos moradores *Acomota* se ocupa de opor resistência contra a especulação imobiliária conectada com o turismo tradicional, enquanto o grupo de TBC gere o projeto de hospedagem em alguns chalés sustentáveis, construídos coletivamente. A localidade consiste em quatro vilas – Nova Tatajuba, Vila São Francisco, Baixa da Tatajuba e Vila Nova – para onde os moradores se mudaram depois de ter seu vilarejo soterrado por dunas gigantes, nos anos Cinquenta.

II.2.c – Comunidades da Costa Leste

A costa ao **leste de Fortaleza** é sede de duas comunidades indígenas e de mais alguns vilarejos de pescadores, membros da Rede Tucum. Trata-se dos povos Jenipapo-Kanindé e Tapeba, e das comunidades Batoque, Prainha do Canto Verde, Coqueirinho, Ponta Grossa, Tremembé e Vila da Volta, situadas em uma distância entre 50 e 215 km da capital cearense. O povo de etnia indígena **Jenipapo-Kanindé** (Município de Aquiraz) dispõe de um rico patrimônio ambiental feito de dunas e mata, lagoas e mar. Embora a economia da comunidade seja baseada na agricultura familiar, na pesca e na produção de artesanato, o TBC representa uma alternativa de renda cada vez mais importante. É costume da Cacique (chefe político e administrativo da aldeia) conhecida como “Pequena” vir dar boas-vindas aos visitantes, enquanto os moradores oferecem serviço de guia pelas trilhas, narração de lendas locais e alimentação na palhoça *Cantinho do Jenipapo*, de gestão coletiva.

No território **Tapeba** (Município de Caucaia) se encontra um povo originário de diferentes etnias indígenas como Potiguara, Tremembé, Cariri e Jucá. Os elementos mais relevantes da cultura local (como danças, rituais, artesanato, culinária) encontram expressão no *Centro de Produção Cultural Tapeba* e no *Memorial Cacique Perna de Pau*, sedes também de exposições sobre o rico patrimônio histórico e ambiental dos Tapeba.

Batoque (Município de Aquiraz) foi a primeira comunidade do Ceará a ver reconhecido seu território como Reserva Extrativista, no ano de 2003. É sede de 320 famílias cuja fonte de renda principal é a pesca. As estruturas turísticas consistem em algumas barracas à beira da praia e da lagoa de Batoque, que servem pratos regionais, e a pousada Milagre, com 4 quartos

e vista para o mar. A comunidade oferece também passeios pela lagoa, excursões ao manguezal, trilhas ao longo dos riachos e visitas aos campos cultivados coletivamente.

No Assentamento **Coqueirinho** (Município de Fortim) a experimentação de técnicas de cultivo sustentável virou atrativo turístico nos últimos anos. A atividade de TBC teve começo em torno ao ano 2000 e em 2004 foram construídos os primeiros chalés para receber turistas (com capacidade atual para até 40 pessoas), que chegam para visitar a horta orgânica, os lugares de cultivo agro-florestal, o banco de sementes e o apiário da comunidade. Outras atividades favorecem a integração com a cultura local: teatro, dança folclórica e gastronomia a base de produtos orgânicos.

Ponta Grossa (Município de Icapuí) é uma pequena comunidade de pescadores, com 200 moradores descendentes de holandeses. O lindo panorama de falésias vermelhas e mar azul representa um patrimônio ambiental que precisa ser protegido: por esta razão o povo local muito combateu pela posse da terra onde vive – direito que conquistou nos anos Noventa – e hoje a venda de terrenos ali é proibida. O grande potencial turístico agrega valor as propostas da Rede Tucum, que oferece excursões para este destino.

Na faixa costeira de areia branca, coqueirais e mar calmo de **Tremembé** (Município de Icapuí) foi construída a homônima pousada a partir de um projeto de Armando Stefani, originado em 1993, que levou à fundação da ONG italiana Tremembé. Hoje, a associação é uma importante parceira da Tucum, enquanto a pousada é gerenciada pela ONG brasileira Caiçara. Esta solução de hospedagem pretende oferecer uma fonte de renda alternativa para a comunidade local de pescadores, que enfrenta os problemas da pesca predatória e da especulação imobiliária. Parte da receita do TBC é utilizada para desenvolver projetos sociais na mesma localidade.

Vila da Volta (Município de Aracati) é uma das comunidades que se associaram mais recentemente à Rede, em outubro de 2012. Ali a experiência de TBC consiste na visita ao rio Jaguaribe, aos manguezais e às falésias da costa, com a possibilidade de fazer trilhas ecológicas e passeios de barco com um jantar de peixe assado na fogueira a beira do rio. Os serviços de hospedagem e alimentação são oferecidos pela família de Dona Menininha, no seu “Cama e Café”. As atividades de pesca e extração de mariscos constituem a economia principal da população, estimada em torno de 2.000 habitantes. Os moradores locais são ameaçados constantemente nos seus direitos de posse da terra, por agentes de especulação imobiliária com ação direcionada à beira do rio.

Representam duas realidades diferentes daquelas já descritas o **Alojamento Frei Humberto (MST)** e a **Associação Mulheres em Movimento (AMM)**, ambas situadas na zona metropolitana, ao leste de Fortaleza. O primeiro é um centro de hospedagem, alimentação,

eventos (para até 200 pessoas) e formação dos militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)²³; o segundo é parte do Conjunto Palmeiras, uma comunidade de 32.000 moradores que enfrentam os problemas da periferia de Fortaleza (escassez de água, saúde, cultura...) através de uma organização de tipo popular. Neste contexto se articula o grupo de mulheres da AMM, que gere um projeto de TBC onde os turistas podem hospedar-se, conhecer as experiências de economia solidária da comunidade (como a cozinha comunitária) e fazer passeios guiados, seja por entre o Conjunto Palmeiras, seja através da cidade de Fortaleza, perto dali.

II.2.d – Objetivos e organização

O TBC, enfim, revela-se como a chance de cada comunidade para manter o controle do desenvolvimento na sua parte de território, já que os projetos de TBC destas comunidades são concebidos com a participação direta dos moradores no planejamento e na gestão do turismo (TUCUM 2010, p.8), de maneira parecida ao caso da Prainha do Canto Verde, aprofundado na parte II.1.

De maneira mais abrangente,

“A rede Tucum se organiza a partir de dois objetivos:

- promover formas de oferta turística locais para garantir às populações tradicionais a permanência em seu território e possibilitar a continuidade das atividades econômicas tradicionais, em particular a pesca e a agricultura;
- oferecer, aos viajantes responsáveis de todo o mundo, a oportunidade de conhecer e vivenciar experiências de turismo comunitário junto às populações tradicionais.” (TUCUM 2010, p. 8)

Neste projeto de TBC, o aspecto relacional – que emerge nos objetivos principais - é profundamente entrelaçado com o ambiental: para a Rede Tucum

“afirmar o Turismo Comunitário (...) é propor outra lógica para construção do Turismo, dialogando com princípios que orientam e fortalecem relações solidárias entre homens e mulheres construtores/as de uma sociedade comprometida com a sustentabilidade...” (TUCUM 2010, p.8).

Para alcançar os objetivos expressados, realizam-se assembleias anuais de planejamento e elaboração de estratégias comuns; elaboram-se um plano de formação para os trabalhadores e em cada comunidade são ativos os Grupos de Trabalho de Turismo (GT/Turismo), que se

²³ Trata-se de um movimento fundado cerca de 30 anos atrás em Cascavel (Paraná, Brasil), que se auto-define “um movimento social camponês, autônomo” cujos objetivos principais são: “Lutar pela terra; Lutar por a

responsabilizam pela efetivação dos serviços turísticos através de realização, monitoramento e articulação com a central da rede. No entanto, o papel do Núcleo Tucum é de articulação com redes parceiras e com o público; suas tarefas são de secretaria executiva, promoção e marketing (TUCUM 2010, p. 13-14).

As despesas da Coordenação da Rede são financiadas através dos contributos de todas as comunidades; por sua vez, cada comunidade gere um caixa coletivo e decide como investir eventuais recursos, baseando-se no exame do seu próprio saldo, em reuniões anuais ou ao final de seis meses. O TBC, funcionando seja nos espaços coletivos, seja nos núcleos familiares, tem diferente gestão de recursos, segundo cada caso:

“Quando o espaço é coletivo, são definidos os custos e os investimentos coletivamente e quando as atividades são realizadas no núcleo familiar, é combinada uma taxa sobre os serviços, que é recolhida para o caixa comunitário (...) para manutenção dos serviços de comunicação e o deslocamento dos seus membros.” (TUCUM 2010, p.16)

Embora o princípio fundamental do projeto seja a autonomia das comunidades locais, desde o começo intervêm agentes de suporte externos, alguns já mencionadas no caso da Prainha do Canto Verde (seção II.1): o Instituto Terramar, que interage diretamente com os membros da Rede, prestando consultoria e dando apoio institucional; a Associação Tremembé, que fornece sobretudo assessoria técnica; a Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde, que faz referência ao caso da Prainha para suportar outros projetos parecidos na costa do Ceará, tendo como objetivos principais: a promoção do turismo sustentável, a mobilização da sociedade civil para a melhoria da qualidade de vida, a inclusão dos moradores locais no planejamento e desenvolvimento. Como se pode ler no Caderno de Normas da Rede Tucum, estas entidades acordaram entre si uma divisão de tarefas no processo de construção e organização do turismo comunitário, na qual os GTs do litoral leste, exceto a Prainha do Canto Verde, seriam assessorados diretamente pela ONG Tremembé (atualmente representada pela ONG Caiçara de Promoção Humana de Icapuí) e por GTs situados a oeste de Fortaleza, assessorados pelo Instituto Terramar,. Para cada nova adesão de Grupos de Turismo à Rede Tucum, seria necessário o acompanhamento de uma respectiva entidade de assessoria.

Os planos para o futuro da Rede são os seguintes:

“a TUCUM está estruturando estratégias e parcerias que permitam avançar em pontos importantes para o desenvolvimento do turismo comunitário:
- Processos de formação de sujeitos na perspectiva de empoderamento das lideranças comunitárias e de desenvolvimento de habilidades e competências voltadas para o desenvolvimento do turismo;

- Melhoria das infra-estruturas turísticas;
- Melhoria das infra-estruturas básicas;
- Construção de estratégia de marketing e promoção dos produtos e serviços turísticos comunitários;
- Relação com os organizadores e operadores de viagens e a comercialização do turismo comunitário e solidário;
- Articulação e trocas com outras redes no Brasil e no exterior que estão construindo o turismo comunitário solidário” (TUCUM, site 2014).

CAPÍTULO III – ANÁLISE DO CASO

No presente capítulo se estuda o caso do turismo na Prainha do Canto Verde sob o enfoque da inovação social e os seus aspectos relacionais. A partir de um exame dos depoimentos de alguns moradores e visitantes, no projeto de TBC da Prainha se podem reconhecer as 3 características de inovação social, levantadas por Gerometta, Hausermann e Longo (2005), ou seja: (1) a dimensão de conteúdo, (2) a dimensão dos processos, (3) a questão do empoderamento. Na seção III.1.a se expõem os conteúdos inovadores do TBC na Prainha e os seus processos sociais, ou seja as mudanças que aconteceram nos relacionamentos, sobretudo dentro da comunidade, em consequência da inovação. A seção III.1.b explica como o empoderamento da comunidade se entrelaça com a questão da sustentabilidade e o conceito de inovação social solidária, conforme a definição proposta por Bartholo (2008). Nas seções III.2 e III.3 o discurso vai focando, respectivamente, na aplicação dos modelos de serviços relacionais (CIPOLLA 2006) e de redes sociais (LOMNITZ 2009) ao TBC assim como é praticado na Prainha, e nas demais comunidades da costa cearense, afiliadas à Rede Tucum.

III.1 Aspectos inovativos

Com base nas definições de inovação social anteriormente expostas, e confrontadas com os resultados das entrevistas recolhidas, o caso da Prainha do Canto Verde pode ser considerado um exemplo de inovação social no âmbito do turismo. Como vimos, Gerometta, Hausermann e Longo (2005) enquadram os fenômenos de inovação social dentro de 3 coordenadas: (1) a dimensão de conteúdo, ou seja, inovações que afetam a sociedade; (2) a dimensão dos processos: em quanto as inovações mudam os relacionamentos sociais; (3) a questão do empoderamento, uma vez que os protagonistas da inovação atingem novos níveis de poder nas suas próprias vidas e na sociedade (liberdade, bem estar, etc.). Os três se encontram no projeto de TBC desenvolvido na Prainha, como se explica a seguir.

III.1.a – Conteúdo social e dimensão processual

Quanto ao conteúdo de tipo social, a história da Prainha afeta, antes de mais nada, a comunidade de moradores e a sua qualidade de vida. Assim sintetiza René Schärer, entrevistado sobre o assunto:

“Depois de resolver os problemas mais urgentes – educação, mortalidade infantil e desnutrição, formação de lideranças – começamos a pensar no turismo com mais intensidade a partir de 1996” (DEPOIMENTO – Schärer).

O turismo, então, é considerado uma parte integrante da vida dos moradores, uma questão que a comunidade precisa enfrentar, logo após os desafios da simples sobrevivência, como a mortalidade infantil e a desnutrição. A essência desta inovação, enquanto resposta a um problema social, é aplicada no âmbito do turismo a partir do momento em que os moradores analisam o tipo de turismo praticado nas comunidades em torno da Prainha, já afetadas pelo turismo de massa, e buscam uma alternativa ao modelo dominante. O atual coordenador do turismo na PCV, Francisco Edino, sintetiza o fato como se segue:

“a Prainha estava crescendo e as pessoas vinham conhecer o nosso caso, mas a gente não queria um turismo de massa que chegasse de carro ou [surgisse algum] hotel em frente da nossa praia e [?] droga. Na comunidade teve um grupo de 7 estudantes que foi pago para fazer uma pesquisa em Morro Branco, que é uma praia turística mesmo, de turismo de massa, e Praia da Fonte e Canoa Quebrada, que todo mundo conhece. Enfim, não deu um bom resultado [a pesquisa] sobre esse tipo de turismo. Na assembléia geral se falou muito de ecoturismo e vários outros tipos de turismo [que queríamos]; a gente tem focado no TBC e em fazer também trilhas, comida típica” (DEPOIMENTO – Edino)

O modelo de turismo alternativo acenado é o TBC que, como visto, oferece uma solução diferente ao “problema” de como acolher os visitantes e oferecer serviços de tipo receptivo (hospitalidade, alimentação, trilhas, etc.) mantendo um enfoque local, seja no tipo de organização, seja no tipo de cultura valorizada pelas atividades propostas. O projeto de TBC da Prainha do Canto Verde acontece, então, graças ao esforço de uma comunidade junto à contribuição de personagens que chegaram de fora e se integraram com os moradores, como é o caso de René Schärer. A metade das pessoas entrevistadas, incluído ele mesmo, afirma que “o suíço”, como é conhecido localmente o fundador da ONG Terramar, residente na Prainha desde 1992, deu uma ajuda fundamental para que o projeto de TBC tivesse sucesso. “Se esta história teve sucesso é porque houve René que se casou com uma senhora daquele vilarejo” afirma Armando Stefani na entrevista com ele (DEPOIMENTO - Stefani). Ele é ecoado por Francisco Edino, que lembra como a ideação da campanha SOS Sobrevivência, por parte de

René, atraiu a atenção de um público heterogêneo que por sua vez ajudou o projeto a ser reconhecido e apoiado fora da comunidade (DEPOIMENTO - Edino).

O projeto de TBC foi desenvolvido com muito esforço, devido sobretudo ao risco de perder a posse da própria terra, reforçada pelas ameaças constantes dos grileiros. Como conta uma moradora – Dona Mirtes – na entrevista feita por Saviolo (2003) “a gente vivia reprimido, vivia debaixo de ameaças, se a gente fizesse alguma plantação a imobiliária mandava os tratores derrubar, ou os pistoleros matar a gente”. Graças a solidariedade de alguns atores, internos e externos a comunidade (como por exemplo as pessoas ligadas ao Centro de Defesa e Promoção dos Direitos humanos da Arquidiocese de Fortaleza, que René Schärer cita na sua entrevista; e a já mencionada campanha SOS Sobrevivência apoiada pela ONG Terramar, como sublinha Francisco Edino no seu depoimento), a Prainha do Canto Verde alcançou a meta de ver reconhecida a Resex nos terrenos disputados e consolidou seu projeto de TBC com o passar do tempo. Como isso foi possível, em termos relacionais? E como mudaram as relações entre as pessoas, sobretudo dentro da comunidade, no curso do projeto? Assim reflete Maria Aparecida, uma nativa da área que trabalha na ONG Caiçara (responsável pelo TBC na comunidade Tremembé, membro da Rede Tucum):

“na Prainha, o grupo era bastante unido, forte, enfrentavam os problemas juntos, mas hoje essa realidade mudou e a comunidade está um pouco dividida, alguns integrantes se deixaram influenciar por ameaças externas e dividiu muito a comunidade” (DEPOIMENTO – Aparecida).

Aparecida se refere a uma divisão na comunidade, que aconteceu recentemente por causa da terra. Como explica Francisco Edino sobre a sua própria comunidade:

“Prainha do Canto Verde até 2008 era muito unida mesmo. A partir de 2009 até 2014 em um total de 300 famílias eu vejo que está tendo uma divisão de 10/15 famílias. Isso porque hoje a Prainha é uma Reserva Extrativista que garante nossa moradia, só que o empresário [Teles] que tem uma mansão dentro da Reserva está comprando algumas pessoas e botando elas contra a gente, quer que vendam a casa, fazer especulação, vender a terra. Estou falando de algumas, só algumas famílias em desunião” (DEPOIMENTO – Edino).

Entrevistado sobre o assunto, Ivan Bursztyn reforça como segue:

“quando eles ganharam a posse da terra, deu uma fragilizada e começaram a aparecer os conflitos internos entre os moradores. As pessoas detêm interesses diversos: algumas pessoas querem a posse da terra, outros querem vender” (DEPOIMENTO – Bursztyn)

“Mas isso não afeta o TBC. Nos temos os nossos clientes” declara Edino, que com essa afirmação ressalta o caráter alternativo do TBC por um lado e, pelo outro, introduz a reflexão sobre um interessante processo de retroalimentação, ao qual Aparecida dá ênfase:

“as contribuições que os visitantes trazem motivam os moradores a investir e se dedicar ao turismo comunitário, como ele acontece na prática atualmente. Apesar das ameaças externas, a comunidade vem se fortalecendo e consolidando o desenvolvimento do Turismo” (DEPOIMENTO – Aparecida)

A prática do TBC, assim, se fortalece na sua própria prática e, sobretudo, encontra nova energia graças ao encontro entre moradores e visitantes, como se poderá aprofundar na aplicação da teoria dos serviços relacionais, na seção III.2. O fato de existir contrastes entre diferentes grupos de moradores confirma a dimensão processual no caso de TBC da Prainha, enquanto projeto em contínua transformação. Fortunato e Silva, em referência a esta divisão dentro da comunidade, afirmam que

“a dialética e os conflitos são parte dos processos que envolvem os indivíduos e as suas organizações, pois existe sempre uma fronteira bem tênue entre os interesses particulares e coletivos” (FORTUNATO, SILVA 2013, p.124).

A perspectiva de Saviolo enquadra o fenômeno de maneira parecida:

“é necessário salvaguardar como o bem mais precioso o espaço do diálogo, em que a pluralidade de idéias e opiniões se faça presente, onde os moradores possam manifestar autenticamente suas divergências, interesses e necessidades” (SAVILO 2003, p. 129)”.

III.1.b – Solidariedade e empoderamento

Outro aspecto, além das divisões internas, precisa de atenção: a prática do TBC fortalece a comunidade em si, segundo Aparecida. Com facilidade, se pode reconhecer, aqui, uma reformulação das inovações sociais solidárias, definidas por Bartholo exatamente como aquelas “comprometidas com a ampliação e o aprofundamento de nosso senso de comunidade” (BARTHOLO 2008, p.1).

Merecem particular atenção as seguintes palavras de Edino, que correspondem novamente à definição de inovação social solidária de Bartholo e, sobretudo, representam uma aplicação prática do conceito de desenvolvimento sustentável visto no Relatório Nosso Futuro Comum (BRUNTLAND 1988):

“O que manteve unido o grupo do TBC é que a gente está pensando no mesmo objetivo: em fazer o bem para a comunidade e o bem para os nossos filhos pensando no futuro para que todos saiam ganhando, nunca um mais do que outro. Porque tem

organização, tem um grupo de guias, de cozinheiras, o grupo da educação, da saúde, esses grupos se reúnem para o bem da comunidade” (DEPOIMENTO – Edino).

De fato, o caráter solidário do TBC aparece fortemente unido com a sustentabilidade, tanto que o espírito de responsabilidade comum pelas gerações futuras – definidas por Edino como “os nossos filhos” – ecoa exatamente a preocupação que inspirou o famoso documento ambientalista, conhecido como Relatório Bruntland. Para fortalecer esse argumento, ressaltamos que já Saviolo (2003), na sua pesquisa de campo, concluía que

“as práticas turísticas necessitam (...) de serem apoiadas sobre o tecido social e o patrimônio relacional dessa comunidade de pescadores. A sustentabilidade da atividade turística de base comunitária deve ser entendida como um elemento de reforço da trama do tecido social e revigorante do patrimônio relacional” (SAVILOLO 2003, p.127).

Mais uma vez se reconhece, assim, um fenômeno de retroalimentação onde a solidariedade inspira a preocupação pelo ambiente e, por sua vez, a sustentabilidade fortalece as relações interpessoais, que ajudam no desenvolvimento do projeto de TBC.

Enfim, a inovação solidária na Prainha forneceu um exemplo às comunidades da costa cearense que, a partir de 2006, se associaram à Rede Tucum para realizar um tipo de turismo alternativo àquele de massa, levando os moradores a uma condição de empoderamento: pode-se afirmar que, na sequência de uma tomada de consciência dos próprios direitos e da escolha de que tipo de turismo desenvolver, a comunidade da Prainha valorizou a própria cultura, as famílias envolvidas no turismo alcançaram maior qualidade de vida e começaram a liderar dentro e fora da comunidade, como pioneiros do TBC na região (senão de todo o Brasil). Seguem alguns trechos de depoimentos que confirmam o afirmado, além de reforçar a dimensão processual e o conceito de inovação social solidária:

“A história de luta pela posse da terra e a organização comunitária influenciou na organização do turismo. Ou seja, a relação de cooperação entre os moradores, a força do associativismo local e a formação de diversas lideranças locais resultaram no projeto de turismo (...). O turismo se insere como uma nova atividade e esta influencia nas relações. Este contribui para a melhoria de renda de algumas famílias, o que cria uma diferença econômica entre elas e uma nova relação de poder, mesmo sem ter a intenção” (DEPOIMENTO – Mendonça).

“A partir do momento que eles estruturaram uma proposta alternativa de turismo, começaram a liderar a difusão de um outro tipo de turismo, em escala local, e começaram a liderar um processo que dura até hoje (DEPOIMENTO – Bursztyn).

III.2 - Aspectos relacionais

No âmbito das inovações sociais, tratadas no Cap. I, destacamos o modelo dos serviços relacionais de Cipolla (2006). Nossa investigação visa, então, checar a presença das condições que caracterizam este tipo de serviços na Prainha do Canto Verde (seção III.2.a). As perguntas que nortearam nosso processo de pesquisa foram as seguintes: que tipo de relação há/houve entre hóspedes e moradores? Qual é/foi o objetivo do encontro entre visitantes e anfitriões? Recolhemos depoimentos seja de alguns moradores, seja de alguns visitantes externos. Seguem os resultados da pesquisa sobre a existência de redes sociais na Prainha e entre esta comunidade e as outras da costa cearense, que se associaram na Rede Tucum (seção III.2.b). Nossa referencia teórica foram os estudos de Lomnitz (2009) sobre as redes como campos de relações e as perguntas submetidas aos entrevistados foram as seguintes: que tipo de valores emergiram na relação entre os moradores da Prainha do Canto Verde, na construção e desenvolvimento do projeto de Turismo até hoje? E quais valores emergiram na relação entre a comunidade da Prainha do Canto Verde e outros membros da Rede Tucum? Houve algum tipo de relação (e, se sim, baseada em quais valores) entre os moradores das comunidades (Prainha do Canto Verde, membros Tucum) e os membros da sociedade externa?

III.2.a – Aplicação do modelo de serviços relacionais

A essência do modelo de Cipolla se baseia numa alta densidade de relações envolvidas, que revelam disponibilidade e abertura entre os atores, onde prevalece uma modalidade colaborativa. No caso da Prainha do Canto Verde, os entrevistados são unânimes em reconhecer a chance de algum tipo de relacionamento acontecer entre visitante e morador, que extrapole a relação de hospitalidade comercial - como sublinha Mendonça²⁴. Porém o modelo de turista consciente, motivado pelo encontro com a comunidade local (mais do que a possibilidade de curtir uma paisagem), representa somente um modelo (correspondente àquele do TBC e, ao mesmo tempo, dos serviços relacionais) dentro de uma tipologia mais ampla que se observa na Prainha. Segue um elenco completo desta tipologia, feito por Schärer:

“Nós temos vários tipos de turistas: (1) O comercial que vem porque acha barato e bonito mas que não se interessa nos problemas do comunitário; (2) O comercial que chega, conhece a comunidade e começa a se interessar e vira amigo dos moradores e

²⁴ “Identifiquei que as relações entre hóspedes e moradores extrapolavam a relação da hospitalidade comercial, a troca do serviço por um valor. As relações de troca de experiência de vida, da sua história, das lutas eram incorporadas nas relações instituídas” (DEPOIMENTO – Mendonça). Da mesma autora, encontramos outra afirmação em sintonia com essa: falando da Prainha do Canto Verde, ela reconhece um “relacionamento que parece criar um laço de amizade muito forte (entre os membros da comunidade e seus visitantes) que extrapola as relações comerciais” (MENDONÇA; IRVING 2004).

da comunidade e em alguns casos ajuda a comunidade; (3) O consciente que já vem preparado para uma experiência cultura e de amizade, conhece as lutas da comunidade e se integra - brasileiros e estrangeiros; (4) Estrangeiros conscientes que querem conhecer mais e muitas vezes viram amigos dos moradores (mandam cartão de Natal, presentes para os filhos do dono de pousada) e apoiam projetos da comunidade ou a construção da igreja” (DEPOIMENTO – Schärer).

Sem distinguir de forma tão detalhada, também Edino e Bursztyn admitem a existência de dois tipos de turistas: (a) aqueles que viajam para fazer TBC e (b) os outros, menos motivados, que efetuam um modelo de turismo mais *standard*, dominado pela lógica de consumo. Como sublinha Bursztyn:

“Depende muito do hóspede. Se o hóspede chega querendo conhecer, querendo interagir, consegue: ele tem o espaço para isso. O que a gente precisa considerar é que o hóspede pode chegar em um momento de férias e não sempre quer conhecer, não necessariamente quer interagir, saber da história, da luta, do povo: ele quer a praia (...). O resultado dessa interação depende da interação! Como ensina Martin Buber, existem dois tipos de relação: EU-TU e EU-ISSO. O primeiro tipo de relação acontece com a espontaneidade do encontro (...). É um espaço que propicia o acontecimento de uma relação eu-tu. Mas eu não posso garantir que cada relação que se estabelece lá seja eu-tu. É sim, na maioria das vezes. Quando eu conheço um guia, vou fazer um passeio com ele, vamos conversando, trocando uma idéia... ali acho que se estabelece uma relação eu-tu. Tem, ali, mais espaço para espontaneidade que normalmente a gente não encontra: quando eu compro um passeio com CVC já sei que vou fazer um passeio no dia tal, já tenho toda a programação estabelecida; qualquer coisa que fuja do planejado é uma externalidade ruim. Enquanto na proposta de Prainha do Canto Verde tem mais abertura para as coisas acontecer” (DEPOIMENTO – Bursztyn).

A declaração de Bursztyn, além de explicar claramente a essência do TBC na Prainha como serviço relacional, em contraposição a um tipo de turismo *standard*, abre o discurso para a teoria relacional de Buber (“dois tipos de relação: eu-tu e eu-isso”), sobre a qual se baseia o mesmo modelo de serviços ideado por Cipolla (2006). Nas teorias seja de Buber (1921), seja de Cipolla (2006; 2012), a importância do encontro consiste na construção de um relacionamento verdadeiro, espontâneo, as vezes inesperado; em consequência é interessante a maneira na qual, na Prainha do Canto Verde, se leva este tipo de relacionamento a um nível mais profundo, ou seja: o visitante mergulha tanto na cultura local que, as vezes, se torna amigo ou até morador - como aconteceu com René Schärer. Assim, nas entrevistas realizadas para a presente pesquisa o objetivo/resultado do encontro entre visitantes e anfitriões resulta ser o respeito pelas culturas diferentes (DEPOIMENTO – Schärer), o conhecimento da história da Prainha (DEPOIMENTO – Edino), a troca de experiências e a valorização da comunidade local (DEPOIMENTO – Aparecida) e ainda o contato com “modelo de vida, história de luta e organização comunitária” (DEPOIMENTO – Mendonça). Segundo Bursztyn o objetivo do encontro entre turistas e moradores é essencialmente o relacionamento em si:

“O escopo do encontro entre moradores e visitantes é estabelecer um encontro. Sem grandes expectativas. Saber que existe uma realidade diversa da sua” (DEPOIMENTO – Bursztyn). Concordam com essa visão outros autores, que examinaram o caso da Prainha:

“O encontro entre entidades assume o sentido de compartilhamento e aprendizagem mútua. Atores locais e turistas são, simultaneamente, agentes, sujeitos e objetos do processo, estabelecendo uma relação de troca, interação, descoberta e retro-alimentação” (HALLACK; BURGOS; CARNEIRO 2011, p. 13).

A existência das seguintes condições, fundamentais no modelo de serviços relacionais de Cipolla (2006), se verificam assim no caso de TBC na Prainha, como explicamos em seguida:

1- *presença* - ou seja algum tipo de envolvimento entre visitante e o anfitrião, como nos casos mencionados em cima, quando acontece um verdadeiro encontro entre os dois atores e os uns se interessam pelos outros;

2- *responsabilidade recíproca* - entendida por Cipolla como consequência de intimidade e confiança, é exatamente a mesma mencionada por Mendonça quando fala do TBC na Prainha: “As pessoas vivem a vida dos moradores em seu cotidiano na comunidade e familiar”, já que “Os empreendimentos, em sua maioria domiciliares, provocam uma relação de estar em casa, de intimidade entre estes dois atores sociais” (DEPOIMENTO – Mendonça); também outros autores, que analisaram o caso da Prainha do Canto Verde, reconhecem ali “normas de confiança e reciprocidade que se fazem necessárias para o sucesso do comportamento cooperativo” (NUNES; SANTOS; AZEVEDO 2014, p. 448).

3- *ausência do terceiro agente* – em este caso, o TBC por definição exclui a existência de um intermediário já que pressupõe que o turista se projete na vida do morador local e mergulhe na cultura da comunidade visitada;

4- *prevalência de relações* em detrimento de “objetos” – como vimos nos depoimentos já citados, de Bursztyn e de Mendonça, as relações prevalecem no tipo de encontro que se realiza graças ao tipo de turismo praticado na Prainha. Sobretudo, o TBC implica um diálogo, uma reciprocidade entre hóspede e anfitriões que vai além das simples relações comerciais realizadas por pacotes de viagem *standard*, comercializados e consumidos como “produtos”.

Cipolla (2006) conclui seu modelo elencando as condições de simbiose, mistura de classes e reciprocidade (co-presentes ou em alternativa uma a outra) como circunstâncias onde podem

existir serviços relacionais. Sobre o caso da Prainha, se pode afirmar que as três existem, em diferentes níveis:

-*simbiose*, já que turistas e moradores são entidades normalmente muito diferentes entre si (por proveniência, cultura, nível social), que se encontram justamente para trocar experiências e culturas;

-*mistura de classes*, pois os moradores normalmente pertencem à esfera das comunidades rurais enquanto muitos turistas, que já se interessaram ao caso da Prainha, fazem parte de Universidades, ONGs, etc;

-*reciprocidade*, como consequência do fato que no relacionamento de tipo TBC não existe cliente e prestador de serviços, mas sim, pessoas que se colocam uma a disposição da outra de forma colaborativa, abertos a compartilhar e aprender a cultura de cada um.

III.2.b – Tucum como macro-rede social

Antes de avaliar o tipo de vínculos existentes entre os moradores da Prainha de Canto Verde, as comunidades da Rede Tucum e a sociedade em geral, vale a pena lembrar que, em sua maioria, os estudos de Lomnitz (2009) foram efetuados sobre comunidades marginais. Com esse termo a autora se refere aos indivíduos que sobrevivem às margens da cidade ou aos moradores de vilarejos rurais englobados pela cidade no seu processo de expansão. Cabe, aqui, uma comparação com os moradores de comunidades tradicionais na costa cearense, ameaçados de migração passiva frente a invasão do turismo de massa. Na sua entrevista, Bursztyn sustenta o seguinte:

“Sim, [podemos considerar essas comunidades como marginais] porque elas construíram toda sua história à margem do estado. Na verdade o TBC aqui no Brasil surge como um movimento de resistência contra esse tipo de desenvolvimento turístico hegemônico baseado na grande estrutura hoteleira. O Governo ali tem um retorno mas o custo social é muito alto [...]. No Ceará o discurso oficial simplesmente ignora o TBC.” (DEPOIMENTO – Bursztyn).

O TBC, assim, revela-se um instrumento de luta das comunidades tradicionais contra o risco de ser cada vez mais excluídas da sociedade, frente a um abandono do Governo. De forma similar, Lomnitz (2009) reconhece, na origem das redes sociais, uma “resposta às deficiências da formalização” (LOMNITZ 2009, p.21). Sobre estas premissas, aplicamos as teorias da autora mexicana ao caso da Prainha e da Rede Tucum.

Na origem de uma rede social informal, Lomnitz observa que solidariedade e confiança são os valores básicos que permitem a construção de relações entre os indivíduos. “Cooperação, amizade, respeito e apoio” são os valores encontrados por Schärer, entrevistado (DEPOIMENTO – Schärer) sobre os relacionamentos entre os moradores da Prainha. A construir um vínculo ainda mais forte entre os moradores da Prainha é, como reconhecido por Aparecida e Mendonça (DEPOIMENTOS – Aparecida; Mendonça), o fato de lutar pela defesa do território. Interessante é que, nas redes estudadas por Lomnitz (2009), o tecido de base é quase sempre a família, sendo que ali se podem encontrar mais frequentemente os pressupostos de confiança incondicional e de ajuda recíproca que permitem a troca de dicas e informações, até o empréstimo de dinheiro e o compartilhamento de bens, em um clima de recíproco apoio moral. No entanto, é possível também estabelecer vínculos entre pessoas que não pertençam a nenhum núcleo familiar do grupo, mas que reconheçam a mesma lógica de ajuda mútua e atuem frequentes intercâmbios com a rede. Encontramos uma visão parecida da Prainha no trabalho de Mendonça e Irving (2004), onde as autoras detectam

“estruturas de relação que segundo Selwyn transformam ‘estranhos em conhecidos, inimigos em amigos, amigos em melhores amigos, forasteiros em pessoas íntimas, não parentes em parentes’ ” (MENDONÇA; IRVING 2004, p. 17).

Por Lomnitz (2009) dão-se macro-redes em caso de relacionamentos fora da comunidade, na hipótese de trocas regulares e recíprocas, exatamente como acontece entre as comunidades da Rede Tucum. Em uma visão teórica, a Tucum pode então representar a trama de uma macro-rede onde ficam unidos diferentes núcleos locais (as comunidades-rede), não obstante a distância física entre as localidades onde elas moram. A opinião de Edino confirma este enfoque, aplicando a metáfora da família ao inteiro grupo de moradores das comunidades afiliadas à Tucum :

“Eu sei que entre todas as que ficam nessa rede [Tucum] algumas se conhecem mais que as outras mas são todas pessoas de confiança. A gente se reúne em cada final de ano na Assembléia Geral. Eu não vejo uma assembleia geral, eu vejo uma família de todo mundo junto que se conhece [...] uma família muito muito unida em festa!” (DEPOIMENTO – Edino)

Em outras palavras, como bem explica Bursztyn, o que facilitou o surgimento de uma verdadeira rede social na Prainha, bem como de uma macro-rede entre as comunidades da Rede Tucum, foi:

“solidariedade, colaboração. Essas experiências todas [de TBC] tem um grau de coletivismo muito grande: as coisas não acontecem no plano individual mas com

foco coletivo. O que compus o projeto foi o interesse coletivo, isso é o mais importante” (DEPOIMENTO – Bursztyn).

Outros moradores e observadores externos, entrevistados, aprofundam o conceito de união entre os membros da macro-rede Tucum, ressaltando: a troca de experiência, que Stefani considera a razão fundadora desta organização informal (DEPOIMENTO – Stefani), e o prevalecer de equidade e afinidade (DEPOIMENTO – Aparecida). A opinião de Aparecida, que sublinha a questão da igualdade, nos permite introduzir o assunto do poder nas redes, conforme a teoria de Lomnitz (2009) e aplicado no presente caso. Segundo a autora, as relações paritárias - como aquelas que se verificam na Prainha e na Tucum – resultam em ligações horizontais na sociedade, enquanto os indivíduos e/ou grupos detentores de poder formam uma ligação vertical. Este enfoque é suportado por outros autores, que estudaram o caso da Prainha, concluindo que:

“Tal comunidade se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação e não por relações verticais de autoridade e dependência (...) a regra da reciprocidade generalizada serve para conciliar interesse próprio com solidariedade” (NUNES; SANTOS; AZEVEDO 2014, p. 448).

Mais uma citação de acadêmicos, sobre os relacionamentos de solidariedade paritária, observa que na Prainha:

“A solidariedade está expressa não apenas dentro da comunidade, por meio da organização de empreendimentos coletivos, mas também entre diferentes iniciativas, que se organizam em redes para se ajudarem mutuamente” (HALLACK; BURGOS; CARNEIRO 2011, p.19).

Se pode, assim, afirmar que o caso da Prainha e da macro-rede Tucum exemplificam de maneira completa as teorias sobre as redes informais de Lomnitz. De maneira ainda mais abrangente, a teoria das redes sociais não recusa, mas engloba a questão econômico-financeira como uma das dimensões da vida nas redes. Como expressam Hallack, Burgos e Carneiro:

“No turismo comunitário, as relações econômicas são enriquecidas por outras relações que transcendem a racionalidade do lucro imediato. Não se trata de uma atividade constituída em sua essência de atores econômicos, e sim de uma múltipla e complexa rede sócio-econômica articulada entre si e com ações transversais focadas em temas como a saúde, a educação, a cultura e o meio ambiente” (HALLACK; BURGOS; CARNEIRO 2011, p. 24).

As relações apenas descritas abrangem mais do que o aspecto puramente monetário. Em, consequência, os “financiamentos de projetos” por parte de associações externas à Tucum, como destaca Schärer, referindo-se aos Amigos da Prainha do Canto Verde (DEPOIMENTO

– Schärer), devem ser reconhecidas como demonstrações de solidariedade e não de poder ou assistencialismo por parte de grupos de suporte estrangeiros.

O assunto leva o discurso ao relacionamento das comunidades membros da Tucum com vários tipos de instituições externas de tipo formal. Se no depoimento de Bursztyn já vimos que o governo ignora a existência desta realidade, essencialmente informal e também contrária as lógicas do poder estadual, ao mesmo tempo Edino lembra que a constituição da Resex pode representar um apoio (DEPOIMENTO – Edino), embora de longe, das autoridades, a contribuir para o reconhecimento da Prainha “pelo Brasil e pelo mundo”, como afirma Mendonça (DEPOIMENTO – Mendonça).

Se isso pode representar a saída da Prainha do âmbito da informalidade é uma questão aberta. Os estudos de Lomnitz se baseiam no âmbito da economia informal, enquanto Helmsing e Fonseca (2001) argumentam que “o processo de construção de novas instituições acontece quando surgem vazios institucionais que podem ser originados por contingências ou choques”, assim como no caso analisado. Então, segundo os mesmos autores, não precisa considerar como instituições somente as organizações públicas mas também “podem ser de caráter privado e voluntário em processos de baixo para cima (...)” e reforçam como segue: “Nelson reconheceu que (...) as instituições não são limitantes mas sim ‘maneiras efetivas para produzir resultados quando se precisa de cooperação humana” (HELMSING; FONSECA 2011, p. 9 – tradução nossa).

O que prevalece, em qualquer caso, é o caráter solidário dos relacionamentos analisados e consideramos esse como o resultado geral e irrefutável do presente trabalho.

CONCLUSÃO

A análise do caso, exposto nos capítulos anteriores, aprofunda os aspectos inovativos e relacionais do TBC na Prainha do Canto Verde e na Rede Tucum.

Ao fazer isso, o presente trabalho representa também uma atualização sobre a história do TBC na costa cearense. A partir das fontes bibliográficas disponíveis, foram examinados os aspectos essenciais do projeto e, para incrementar com detalhes mais recentes, foram recolhidos os depoimentos de alguns moradores e operadores do turismo local (Francisco Edino, Coordenador do Turismo na Prainha do Canto Verde; e Maria Aparecida, da ONG Caiçara, responsável pelo turismo na comunidade Tremembé da Rede Tucum). O panorama mais recente da situação evidenciou aspectos pouco mencionados do caso como: as divisões internas na comunidade da Prainha depois da declaração da Resex; um perfil atualizado dos demais 14 membros da Tucum, a rede que suporta o desenvolvimento do TBC no Ceará. Não obstante o fato de que “o sentido de comunidade está continuamente sendo posto a prova”, como evidenciou Saviolo (2003), ficou confirmado o papel exemplar da Prainha, experiência de TBC que ainda representa uma inspiração e um modelo de turismo alternativo em outras comunidades cearenses. Sobretudo, restou confirmada a importância dos aspectos relacionais na fundação, no desenvolvimento e na consolidação (em curso) do TBC em todas as localidades mencionadas, com a prevalência do valor de solidariedade como força agregadora do projeto inteiro.

As teorias referenciais para a análise, baseadas nos estudos sobre a inovação social, consistiram em dois modelos que permitiram analisar as qualidades relacionais do caso como segue: Cipolla (2006, 2012), sobre os serviços relacionais; Lomnitz (2009), sobre as redes sociais que se constroem em modalidade informal.

No momento da pesquisa de campo, se decidiu por uma metodologia qualitativa, com perguntas abertas, já que a meta era de traçar um perfil dos aspectos relacionais o mais completo possível. De fato, verificou-se que muitas respostas interessantes foram dadas à perguntas não necessariamente correlatas, já que cada entrevista com os testemunhos abriu um fluxo de reflexões sobre o caso em si. Por isso resolvemos usar também a entrevista com Armando Stefani, realizada em dezembro de 2013, e não atualizada com as “perguntas padrão”, porque ali de fato levantaram-se várias questões, complementares aos outros depoimentos. Foram entrevistados sejam moradores, sejam observadores externos que tem

visitado as localidades em questão. Segue uma lista das questões submetidas (em letras), agrupadas pelos assuntos que se pretendeu verificar através delas (em números):

(1) características inovativas do TBC na Prainha do Canto Verde

A - Como as relações entre as pessoas, moradores e/ou pessoas externas, ajudaram no desenvolvimento do projeto de Turismo na Prainha do Canto Verde?

B – Se e como o projeto de Turismo na Prainha do Canto Verde mudou as relações entre as pessoas, dentro e fora da comunidade?

(2) valor relacional do serviço turístico oferecido pelo TBC na Prainha e em toda a rede Tucum

C- Que tipo de relação há/houve entre hóspede(s) e moradore(s) na sua comunidade (ou a comunidade visitada)?

D - Qual é/foi o objetivo do encontro entre visitante(s) e anfitrião(ões) na sua comunidade (ou a comunidade visitada)?

(3) elementos pelos quais, no caso descrito, pode-se verificar a existência de redes (e macro-redes) sociais não formalizadas

E - Que tipo de valores emergiram na relação entre os moradores da Prainha do Canto Verde, na construção e desenvolvimento do projeto de Turismo até hoje?

F - Quais valores emergiram na relação entre a comunidade da Prainha do Canto Verde e outros membros da Rede Tucum?

G - Houve algum tipo de relação (e, se positivo, baseada em quais valores) entre os moradores das comunidades (Prainha do Canto Verde, membros Tucum) e os membros da sociedade externa?

Além do assunto principal da pesquisa, os entrevistados confirmaram outras questões associadas ao TBC, entre elas: a importância deste tipo de turismo como catalizador de consciência socioambiental, instrumento de preservação e ferramenta de empoderamento das comunidades marginais.

No curso da pesquisa, abriram-se novos temas que seria interessante aprofundar em futuros trabalhos. O primeiro foi, no campo das relações comunitárias, o papel de alguns estrangeiros que tornaram-se organizadores de projetos locais, como o suíço René Schärer para a Prainha bem como o italiano Armando Stefani para Tremembé: qual foi o tipo de acolhida que eles receberam e como se integraram nas comunidades? Será que as suas diferenças culturais trouxeram novos modos de fazer e novas idéias, mais eficazes para o desenvolvimento do TBC? E/ou será que os contatos deles com outras comunidades ao redor do mundo construíram uma macro-rede que facilitou o sucesso do TBC nas comunidades onde eles intervíram (já que Prainha e Tremembé, segundo Stefani – ver DEPOIMENTO – recebem o maior número de visitas da Rede Tucum por inteiro)?

Autores como Bursztyn (2014) e entrevistados como Stefani (DEPOIMENTO - Stefani) reconheceram no aumento de visitas um objetivo para o fortalecimento do TBC nas comunidades em questão. Outra questão que ficou aberta foi a importância do acesso ao mercado para esses projetos. Como as comunidades podem atrair mais visitantes, sem perder a própria essência cultural e relacional? Como estabelecer um limite de tolerância receptiva para não despersonalizar a experiência relacional do TBC?

Por último, alguns autores como Mendonça e Irving (2004) vislumbram no patrimônio relacional da Prainha um capital social, citando a definição de Kliksberg: “valores partilhados, cultura, tradições, saber acumulado, redes”. No entanto, Cipolla (2006) afirma que:

“o conjunto de crenças, instituições, regras sociais, redes e organizações que dão forma às interações entre atores dentro da sociedade e são ferramentas para a produção individual e coletiva do bem-estar (...). Segundo Gui, o conceito de capital social é maior do que patrimônio relacional, já que este último inclui exemplos de cooperação informal” (CIPOLLA 2006, p. 115).

Em outras palavras, os serviços relacionais (como o caso de TBC na Prainha e Tucum) não corresponderiam à existência de capital social. A autora suporta a sua afirmação na base de que as regras de funcionamento dos serviços relacionais não são reconhecidas pela sociedade inteira e, por causa dessa informalidade, não chegam a ter valor universal. Mas, assim, a discussão volta para a sutil diferença entre instituições formais e informais levantada por Helmsing e Fonseca, que já citamos no final da seção III.2.b. Seria, então, oportuno aprofundar a teoria do capital social aplicada ao caso de Prainha e da rede Tucum.

Enfim, o resultado do presente trabalho consiste na confirmação da qualidade altamente relacional dos serviços turísticos com base comunitária, assim como examinado na Prainha do

Canto Verde e na Rede Tucum, onde o valor da solidariedade é o princípio norteador de qualquer atividade de TBC e fornece uma alternativa mais rica em qualidades humanas do que o simples turismo tradicional, regulado por lógicas exclusivamente comerciais. Como bem expõe Francisco Alembert em uma entrevista sobre o TBC: “O futuro do turismo no Brasil é o turismo comunitário. Isso gera renda nas camadas mais simples da população. A proposta que o Brasil tem para o mundo é de humanização” (ALEMBERG 2013).

ANEXOS

Anexo 1 – Roteiro de entrevista

Perguntas

1. Como as relações entre as pessoas (moradores e/ou pessoas externas) ajudaram o desenvolvimento do projeto de Turismo na Prainha do Canto Verde?
2. Como o projeto de Turismo na Prainha do Canto Verde mudou as relações entre as pessoas, dentro e fora da comunidade?
3. Que tipo de relação há/houve entre hóspede(s) e moradore(s) na sua comunidade (ou a comunidade visitada)?
4. Qual é/foi o objetivo do encontro entre visitante(s) e anfitrião(ões) na sua comunidade (ou a comunidade visitada)?
5. Que tipo de valores emergiram na relação entre os moradores da Prainha do Canto Verde, na construção e desenvolvimento do projeto de Turismo até hoje?
6. Quais valores emergiram na relação entre a comunidade da Prainha do Canto Verde e outros membros da Rede Tucum?
7. Houve algum tipo de relação (e, se sim, baseada em quais valores) entre os moradores das comunidades (Prainha do Canto Verde, membros Tucum) e os membros da sociedade externa?

Anexo 2 – Entrevista com René Schärer

René Schärer é morador da Prainha do Canto Verde desde 1992, fundador do Instituto Terramar e da Associação Amigos da Prainha do Canto Verde.

1. Há 27 anos – quando eu cheguei na Prainha – os contatos externos foram muito limitados: compradores de peixe, políticos e especuladores de terra, todos com os seus próprios interesses e sem nenhum interesse de ajudar os moradores. Era muito difícil chegar algum turista. Única exceção eram as pessoas ligadas ao Centro de Defesa e Promoção dos Direitos humanos da Arquidiocese de Fortaleza (fundado por Dom Aloisio Lohscheider Cardeal) que assistiram a comunidade para se organizar e desenvolver e sobretudo de defender os direitos, especialmente a terra que estava sendo grilada por especuladores. Quando eu fui morar na Prainha em 1992 isso mudou rapidamente, junto com um grupo de idealistas fundamos a ONG Instituto Terramar e começamos a trabalhar com projetos para o desenvolvimento econômico e social da comunidade, e assim começou um fluxo de visitantes bem

intencionados (técnicos, acadêmicos e ONGs). Depois de resolver os problemas mais urgentes – educação, mortalidade infantil e desnutrição, formação de lideranças – começamos a pensar no turismo com mais intensidade a partir de 1996. Então posso dizer que as pessoas externas tiveram um papel importante no desenvolvimento do projeto de turismo junto com os moradores da comunidade.

2. Acho que sim [mudou], melhorando o tempo todo; não posso pensar em impactos negativos.

3. Nós temos vários tipos de turistas: (1) O comercial que vem porque acha barato e bonito mas que não se interessa nos problemas dos comunitário; (2) O comercial que chega, conhece a comunidade e começa a se interessar e vira amigo dos moradores e da comunidade e em alguns casos ajuda a comunidade; (3) Os conscientes, que já vem preparados para uma experiência de cultura e de amizade, conhece as lutas da comunidade e se integra - brasileiros e estrangeiros; (4) Estrangeiros conscientes que querem conhecer mais e muitas vezes viram amigos dos moradores (mandam cartão de Natal, presentes para os filhos do dono de pousada) e apoiam projetos da comunidade ou a construção da igreja.

4. No projeto de turismo não tinha um objetivo referente o relacionamento entre visitante e anfitrião, mas com pouquíssimas exceções o encontro é positivo, geralmente os visitantes se adaptam a diversidade cultural dos moradores.

5. Amizade, respeito, cooperação e apoio mútuo.

6. Na ocasião da primeira oficina de planejamento do projeto de turismo comunitário em 1998 nós já tínhamos convidado várias comunidades aliadas que hoje são membros da Tucum – Tatajuba, Batoque, Ponta Grossa. Os valores são de amizade, cooperação, apoio mútuo e até de financiamento de projetos pelos Amigos da Prainha do Canto Verde (associação filantrópica).

7. Veja respostas acima.

Anexo 3 - Entrevista com Francisco Edino

Francisco Edino é Coordenador do turismo na Prainha do Canto Verde.

1. Isso foi um projeto que começou em 1998. Antes disso, o suíço que é casado com a nativa ele veio com a proposta se tinha alguns pescadores da comunidade que pudessem ir fazer uma viagem na jangada SOS Sobrevivência que pudesse ir até o Rio de Janeiro levando dois temas – então ele buscou os pescadores disponíveis em 1993 – e os dois temas eram a pesca predatória e a especulação imobiliária e foi a Terramar que foi fundada no mesmo ano que deu apoio. Foi daí que a gente viu que a Prainha estava crescendo e as pessoas vinham a conhecer o nosso caso mas a gente não queria um turismo de massa que chegasse com carro ou [surgisse] hotel em frente da nossa praia e [?] droga. Na comunidade teve um grupo de 7 estudantes que foi pago para fazer uma pesquisa em Morro Branco, que é uma praia turística mesmo, de turismo de massa, Praia da Fonte e Canoa Quebrada que todo mundo conhece. Enfim, não deu um bom resultado (a pesquisa) sobre esse tipo de turismo. Na assembléia geral se falou muito de ecoturismo e vários outros tipos de turismo; a gente tem focado no TBC e em fazer também trilhas, comida típica [...]. Antes disso, não existia turista. Enfim, envolveu não a comunidade toda mas alguns nativos que querem ter negócio próprio.

2. Eu vejo que a única coisa que nos mantem é a pesca. O TBC somente ajuda, são duas famílias que vivem disso. No meu ponto de vista não houve muita mudança, continua sendo a mesma [?]. O que mudou é que chega mais gente [...]. Claro que nossa cultura ficou mais valorizada, a regada ecológica, as quadrilhas atraíram mais gente. Outras comunidades querem participar no TBC, querem entrar na Rede [Tucum]. Tudo foi positivo. A gente envolveu jovens [?].

3. Há turismo em duas maneiras. Quando vem um turista pela rede, é TBC, pode fazer-se uma boa impressão da comunidade, assim o que pode fazer é hospedar-se numa pousada e o dono da pousada vai ter uma boa conversa, explica as coisas que acontecem na comunidade ou pode ficar numa casa de pescadores que ele vai pescar o peixe mesmo, ou pode ficar na outra pousada e ele não vai ter nenhum tipo de conhecimento das coisas da comunidade, ele vem só para curtir. Existe uma grande diferença entre TBC e turismo tradicional.

4. O objetivo é que o turista conheça a nossa comunidade, conheça a nossa história de luta, conheça que nós passamos por um grande problema que é a especulação imobiliária, que ele conheça a nossa cultura, que ele conheça a nossa religião, que ele fique bem informado porque é que a Prainha hoje é uma Reserva Extrativista, porque é que hoje mora somente nativo, e vai ter também passeio de buggy, [...] dunas, trilhas. Então o objetivo é que ele venha e saia cheio de novidades, que ele possa passar por outros amigos dele, que a Prainha do Canto verde hoje é uma história de sobrevivência.

5. Prainha do Canto Verde até 2008 era muito unida mesmo. A partir de 2009 até 2014 em um total de 300 famílias eu vejo que está tendo uma divisão [?] de 10/15 famílias. Isso porque hoje a Prainha é uma Reserva Extrativista que garante nossa moradia, só que o empresário [Teles] que tem uma mansão dentro da Reserva está comprando algumas pessoas e botando elas contra a gente, quer que vendam a casa, fazer especulação, vender a terra. Estou falando de algumas, só algumas famílias em desunião. Mas isso não afeta o TBC. Nos temos os nossos clientes...

O que manteve unido o grupo do TBC é que a gente está pensando no mesmo objetivo: em fazer o bem para a comunidade e o bem para o nossos filhos pensando no futuro para que todos saiam ganhando, nunca um mais do que outro. Porque tem organização, tem um grupo de guias, de cozinheiras, o grupo da educação, da saúde, esses grupos se reúnem para o bem da comunidade.

6. Eu sei que entre todas as que ficam nessa rede algumas se conhecem mais que as outras mas são todas pessoas de confiança. A gente se reúne em cada final de ano na Assembléia Geral. Eu não vejo uma assembléia geral, eu vejo uma família de todo mundo junto que se conhece! De cada comunidade vai um representante [...]. Claro, trabalhando a gente se comunica [?], se liga colaborando com respeito mas é quando se reúne essa assembleia que se vê uma família muito muito unida em festa.

7. Tem a Rede Tucum e a Terramar e uma apóia a outra, eles tem algum projeto como por exemplo esse estrangeiro que fez um encontro de jovens no litoral e foi um projeto de outros países. O apoio é muito pouco, mas o Governo ajuda porque aqui é Reserva.

Anexo 4 - Entrevista com Maria Aparecida Alcântara

Maria Aparecida Alcântara trabalha na ONG Caiçara, responsável pelo TBC na comunidade de Tremembé (membro da Rede Tucum).

1. Através do diálogo, da troca de experiências, da escuta, as contribuições que os visitantes trazem, motivam os moradores a investir e se dedicar ao turismo comunitário, como ele acontece na prática atualmente. Apesar das ameaças externas, a comunidade vem se fortalecendo e consolidando o desenvolvimento do Turismo.

2. A experiência do Turismo Comunitário na Prainha, foi pioneira para as demais comunidades do Ceará, incentivou e ajudou as várias comunidades a desenvolverem a prática, a qual melhorou muito as relações dos integrantes de diversas comunidades que fazem parte da Rede, fortalecendo as relações com a criação dos Grupos de Trabalho (GT) que foram muito positivos e por um bom tempo na Prainha, o grupo era bastante unido, forte, enfrentavam os problemas juntos, mas hoje essa realidade mudou e a comunidade está um pouco dividida, alguns integrantes se deixaram influenciar por ameaças externas e dividiu muito a comunidade.

3. Relação de amizade, relação pessoal muito boa, a troca de experiências, além das contribuições em como desenvolver o Turismo Comunitário e também os roteiros integrados com as demais comunidades.

4. Trocar experiências, contribuir na renda das famílias das comunidades locais, preservar o meio ambiente, sensibilizar os visitantes para essa prática de turismo que valoriza a comunidade local, pratica o consumo responsável sem explorar os produtores e incentivar os moradores a conservar suas práticas, repassar para os filhos e netos sua cultura, fortalecendo suas raízes e identidade.

5. O respeito ao meio ambiente, a valorização das práticas responsáveis: pesca artesanal da lagosta, preservação das dunas e falésias, luta e defesa do território.

6. Princípios básicos de equidade, respeito ao meio ambiente, pois as comunidades da Rede TUCUM buscam os mesmos objetivos e se aproximaram pelas mesmas afinidades e lutas.

7. Tem uma relação boa de respeito, de princípios, de amizade. Conserva os valores éticos. A Prainha hoje é muito respeitada e valorizada por suas práticas.

Anexo 5 - Entrevista com Teresa Cristina de Miranda Mendonça

Teresa Cristina de Miranda Mendonça foi hóspede da comunidade de Prainha do Canto Verde na época do seu trabalho de pesquisa. Atualmente é doutora na UFRRJ.

1. A história de luta pela posse da terra e a organização comunitária influenciou na organização do turismo. Ou seja, a relação de cooperação entre os moradores, a força do associativismo local e a formação de diversas lideranças locais resultaram no projeto de turismo. Da mesma forma que sabíamos que queriam sobre as questões da terra, eles tinham claro que turismo queriam e este modelo estava diretamente relacionado com a categoria de titulação territorial. Assim com o apoio de ONGs, universidades e outras instituições no processo de planejamento e capacitação.

2. Mudou sim. O turismo se insere como uma nova atividade e esta influencia nas relações. Este contribui para a melhoria de renda de algumas famílias, o que cria uma diferença econômica entre elas e uma nova relação de poder, mesmo sem ter a intenção. Localmente, influencia também no processo de imigração. Muitos começam vislumbrar mais uma oportunidade para se manterem no lugar. Externamente, a Prainha começa a ser conhecida pelo Brasil e pelo mundo.

3. Identifiquei que as relações entre hóspedes e moradores extrapolava a relação da hospitalidade comercial, a troca do serviço por um valor. As relações de troca de experiência de vida, da sua história, das lutas eram incorporadas nas relações instituídas. Os empreendimentos, em sua maioria domiciliares, provocam uma relação de estar em casa, de intimidade entre estes dois atores sociais. A casa, o espaço de vida, é espaço de trocas acima de tudo e não meramente comerciais. As pessoas vivem a vida dos moradores em seu cotidiano na comunidade e familiar.

4. Em minha pesquisa identifiquei que alguns visitantes iam à Prainha não motivados essencialmente pelos elementos da natureza (praias, dunas, lagoas...) mas sim eram atraídos pelo modelo de vida, história de luta e organização comunitária.

5. Valores ligados ao direito à posse da terra, de se manterem no local herdado; valores ligados à valorização e preservação da produção econômica e cultural da pesca artesanal [?] a cultura do jangadeiro em suas práticas no mar e em terra; valores ligados à qualidade de educação e vida dos moradores; valores ligados ao associativismo e trabalho cooperativo; valores ligados à formação de lideranças; valores ligados a um modelo de turismo sob controle dos moradores sem exploração de agentes externos.

6. No período de minha pesquisa não existia a Rede Tucum.

7. A relação dos moradores da Prainha com os agentes externos, mediados pela associação de moradores, estava diretamente ligada à apresentar para o Brasil e para o mundo sua luta e de diversas comunidades tradicionais, principalmente as litorâneas, contra a grilagem da terra, especulação imobiliária, pesca predatória, a mortalidade infantil, analfabetismo, etc. Fazer da luta local de relevância e conhecimento em nível nacional e internacional.

Anexo 6 – Entrevista com Ivan Bursztyn

Ivan Bursztyn visitou muitas vezes a Prainha do Canto Verde e as outras localidades da Rede Tucum. Ele é professor na UFRJ e pesquisador associado ao Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS) do Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ.

1. Eu não acho que as relações entre as pessoas ajudaram o desenvolvimento do turismo. Acho que a essência do turismo na Prainha do Canto Verde é promover as relações entre moradores e visitantes. Isso é o que difere a proposta da Prainha do Canto Verde das outras praias na região do Ceará. As dificuldades foram ultrapassadas porque a comunidade se viu como comunidade enquanto tinha um inimigo comum. Quando eles tinham esse inimigo o projeto era muito forte. Quando eles ganharam a posse da terra, deu uma fragilizada e começaram a aparecer os conflitos internos entre os moradores. As pessoas detêm interesses diversos: algumas pessoas querem a posse da terra, outros querem vender. Em termos da importância do tipo de relação, essa é a essência do projeto. Sem isso o projeto perde sentido.

Internamente o projeto do turismo representou uma oportunidade de dialogar com outras iniciativas que também viviam uma situação análoga. A partir do momento que eles estruturaram uma proposta alternativa de turismo, começaram a liderar a difusão de um outro tipo de turismo, em escala local, e começaram a liderar um processo que dura até hoje. Para quem visita e gosta desse tipo de lugar cada vez tem menos oportunidades. Em vários outros lugares, as relações são mediadas pelo dinheiro. Cada vez menos tem oportunidade de ter um contato deste tipo com a realidade local.

2. Depende muito do hóspede. Se o hóspede chega querendo conhecer, querendo interagir consegue: ele tem o espaço para isso. O que a gente precisa considerar é que o hóspede pode chegar em um momento de férias e não sempre quer conhecer, não necessariamente quer interagir, saber da história, da luta, do povo: ele quer a praia [...]. Eles até oferecem roteiros, passeios, mas se pode interagir e o formato das atividades não é de massa mas personalizada. Então uma das coisas que faz dessas atividades um serviço mais relacional é um serviço feito pelas pessoas que estão ali e que cada um faz do seu jeito. Então existe uma predisposição dos moradores a receber bem (?). O resultado dessa interação depende da interação! Como ensina Martin Buber, existem dois tipos de relação: EU-TU e EU-ISSO. O primeiro tipo de relação acontece com a espontaneidade do encontro [...]. É um espaço que propicia o acontecimento de uma relação eu-tu. Mas eu não posso garantir que cada relação que se estabelece lá seja eu-tu. É na maioria das vezes. Quando eu conheço um guia, vou fazer um passeio com ele, vamos conversando, trocando uma idéia... aí acho que se estabelece uma relação eu-tu. Tem mais espaço para espontaneidade que normalmente a gente não encontra: quando eu compro um passeio com CVC já sei que vou fazer um passeio no dia tal, já tenho toda a programação estabelecida; qualquer coisa que fuja do planejado é uma externalidade ruim. Enquanto na proposta de PCV tem mais abertura para as coisas acontecerem.

3. O escopo do encontro entre moradores e visitantes é estabelecer um encontro. Sem grandes expectativas. Saber que existe uma realidade diversa da sua.

4. A solidariedade, colaboração. Essas experiências todas [de TBC] tem um grau de coletivismo muito grande: as coisas não acontecem no plano individual mas com foco coletivo. O que compus o projeto foi o interesse coletivo, isso é o mais importante; o dinheiro não é. Embora seja importante, a gente não faz tudo com dinheiro e tem outros valores que não são econômicos... Eu acho que isso é um discurso muito presente na maioria das iniciativas ali, embora em prática as pessoas precisem pagar conta no final do mês. De maneira geral, há uma forte unidade.

Como uma família?

Exatamente.

5. Essas iniciativas todas foram inspiradas na Prainha do Canto Verde. Ela tem uma importância simbólica muito grande, ela mostra que é possível desenvolver um modelo alternativo de turismo que não é aquele oficial, hegemônico. O Ceará é considerado um importante destino de sol e praia com aqueles hotéis *all-inclusive*, ilhas de paraíso onde as coisas acontecem sem você interagir com o ambiente. Esse foi um modelo de desenvolvimento turístico que foi estrategicamente adotado no Ceará e no nordeste tudo houve um período, nos anos Noventa, onde pela política pública 'turístico' era isso, apoiar os grandes empreendimentos hoteleiros, e o papel de estado era construir a infraestrutura para que esses lugares se instalassem. Só que isso tem um custo social e ambiental muito alto, isso gera um processo de especulação imobiliária, um contexto de exclusão das comunidades mais tradicionais dos seus territórios.

Podemos considerar essas comunidades como marginais?

Sim, porque elas construíram toda sua história à margem do estado. Na verdade o TBC aqui no Brasil surge como um movimento de resistência contra esse tipo de desenvolvimento turístico hegemônico baseado na grande estrutura hoteleira. O Governo ali tem um retorno mas o custo social é muito alto.

E o edital de 2008 foi importante?

Foi porque pela primeira vez conseguiu introduzir um tema dentro do Ministério, foi a primeira vez que o Ministério enxergou esse tipo de iniciativa. Só isso já é importante.

7. No Ceará o discurso oficial simplesmente ignora o TBC. Para eles não existe, é muito doido mas é. Em outros estados se começa a ter algum apoio a esses projetos, como em Amazonas, em Minas Gerais...

Anexo 7 – Entrevista com Armando Stefani

Armando Stefani é fundador do projeto de TBC Tremembé (Município de Icapui), membro da Rede Tucum. Ele é também fundador da ONG italiana Tremembé.

- Sobre a Prainha do Canto Verde.

“Se esta história teve sucesso é porque houve René que se casou com uma senhora daquele vilarejo. René é suíço de nascimento e muito bom no enfoque organizacional [...]. Ali muitas visitas acontecem graças a casos de estudo [...].

Uma outra história interessante, menos conhecida, é aquela de Coqueirinho que não fica na beira do mar; ali se faz turismo rural [...]. É a história de uma comunidade que soube apropriar-se do conceito de turismo comunitário de maneira positiva”.

- Sobre o TBC.

“Houve muita ênfase sobre o discurso da salvaguarda dos territórios sobretudo por causa dos povos de etnia indígena, que não renunciaram ao seu estilo de vida. Porém, hoje tem uma escassa visão empreendedora, feita exceção por aqueles dois casos (Prainha do Canto Verde e Coqueirinho) e Tremembé a partir do último ano, do momento que começou uma nova gestão. Tal vez o casal de italianos, que chegou para gerir Tremembé, consiga aumentar o nível de presenças [...]. Por muito tempo eu contribuí sozinho [ao desenvolvimento do projeto]. Em 2005 tive a idéia de colocar a experiência de Tremembé a disposição de outras comunidades da costa cearense, dali a idéia da Rede Tucum. Eles são comunicadores extraordinários, o site deles é muito interessante, são muito bons em fazer assembléias pela facilidade de expressar suas razões, de raciocinar. Porém, tem uma caída de nível em termos de gestão e programação. Algumas comunidades acolhem somente 10 ou 20 pessoas por ano. Na Rede se totalizam 1000/1500 pessoas por ano e o 90% das presenças é gerida por três localidades: Prainha do Canto Verde, Coqueirinho e Tremembé. Se o fluxo turístico voltou aos resultados top de 2005, isso é graças ao boca-a-boca e não é fruto do site ou da secretaria, infelizmente. É o resultado do trabalho de indivíduos que operam cada um para uma comunidade diferente, como no caso de Ponta Grossa: ali os bugueiros levam os turistas de Canoa Quebrada, que querem comer lagosta e relaxar-se nas redes [...]”.

- Sobre Tremembé.

“Eu cheguei ali casualmente com outras três pessoas em 1993, seguiu uma longa fase de gestação do projeto e realização entre 1993 e 1999 - incluída a realização física da infraestrutura, que foi financiada privadamente por doações de alguns amigos. Para 2014 temos uma previsão de aumento do 40/50% nos fluxos turísticos. Acho que vai ser um momento de mudança verdadeira, através da introdução de novos elementos [casal italiano] que vão favorecer a comunidade inteira”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, R.C.M., BARTHOLO, R., FERREIRA, G.S. Sustentabilidades e responsabilidade social. In SIMÕES, C.P., FERREIRA, G.S. e AFONSO, R.C.M., BARTHOLO, R. (Coord.) Responsabilidade social e cidadania: conceitos e ferramentas. Brasília: CNI-SESI, 2008. p. 81-108.

ALEMBERG, F. Entrevista. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro: Coppe/ UFRJ. Disponível em <<http://www.ivt-rj.net/ivt/busca.aspx?id=2&txt=aleMBERG>> Acesso em 25/09/13.

BANCHE DEL TEMPO Statuto Associazione Nazionale Banche del Tempo. Disponível em <<http://www.associazionenazionalebdt.it>> Acesso em 30/08/14.

BAPTISTA, L.E. Inovação social no Brasil: de comunidade a empresa social internacionalizada. Tese de mestrado em ciências em engenharia de produção COPPE/ UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

BAPTISTA, L.E. Empreendimentos de base comunitária, inovação social e novos negócios. In BARTHOLO, R., CIPOLLA, C. (Org.) Inovação social e sustentabilidade. Rio de Janeiro: E-papers, 2012. p. 195-209.

BARTHOLO, R. Breves notas sobre inovações sociais solidárias. AGITPROP – Revista Brasileira de Design, outubro de 2008. Disponível em <http://www.agitprop.vitruvius.com.br/ensaios_det.php?codeps-MzF8ZkRSOA--> Acesso em 22/08/14.

BARTHOLO, R., BURSZTYN, I., SAVIOLO, D.G. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BARTHOLO, R., BURSZTYN, I., DELAMARO, M. Tourism for whom?: Different Paths to Development and Alternative Experiments in Brazil. Latin American Perspectives, Vol. 35 nº 3, p. 103-119, 2008.

BEPA - BUREAU OF EUROPEAN POLICY ADVISERS, Empowering people, driving change – Social Innovation in the European Union. Luxemburgo: Publication Office of the European Union, 2010.

BRUNTLAND, G.H. - Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso Futuro Comum: em busca do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1988.

BUBER, M. Eu e Tu. São Paulo: Editora Moraes, 1977 (tradução do original de 1921).

BURSZTYN, I., SILVA DELAMARO, L.D., SAVIOLO, S., DELAMARO, M. Benchmarking: Prainha do Canto Verde. Rio de Janeiro: Caderno Virtual de Turismo, Vol. 3, Nº 3, p.18-32, 2003. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115417956004>> Acesso em 20/07/14.

BURSZTYN, I. Comercialização no Turismo de Base Comunitaria: inovar é preciso! In NOVO, C.B.M.C., CRUZ, J.G. (Org.) Turismo Comunitário – Reflexões no contexto Amazônico. Manaus: Edua, 2014. p. 45-78.

CIPOLLA, C. Designing for interpersonal relational qualities in services. A model for service design theory and practice. 2006. Tese de PhD em Design Industrial. Politecnico, Milão.

CIPOLLA, C. Social Innovation in Brazil through design strategy. Design Management Journal, Boston, v. 6, p. 40-51, 2012.

CORIOLOANO, L.N. O Turismo de inclusão e o desenvolvimento local. Fortaleza: Funece, 2003.

CORIOLOANO, L.N., LEITÃO, C. Turismo, cultura e desenvolvimento entre sustentabilidades e (in)sustentabilidades. Revista PASOS, Santa Cruz de Tenerife, Vol. 6 nº 3, p. 467-479, 2008.

CORIOLOANO, L.N., VASCONCELOS, F.P. Região, desenvolvimento regional e turismo comunitário. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Blumenau, Vol. 1 nº 1, p. 95-111, 2013.

ENTBL / UFJF, sítio internet. Disponível em <<http://www.ufjf.br/entbl2014/o-entbl>>. Acesso em 22/08/14.

FORTUNATO, R.A., SILVA, L.S. Os conflitos em torno do turismo comunitário na Prainha do Canto

- Verde (CE). Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, Vol. 6 nº 1, p.123-138, 2013.
- FOWLER, H.W. e F.G., SOARES, C., STEVENSON, A. Concise Oxford Dictionary. 11 ed. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- GEROMETTA, J., HAUSSERMANN, H., LONGO, G. Social Innovation and Civil Society in Urban Governance: Strategies for an Inclusive City. Urban Studies Journal, Glasgow, Vol. 42 nº 11, 2007.
- HALLACK, N., BURGOS, A., CARNEIRO, D.M.R. Turismo de base comunitária: estado da arte e experiências brasileiras. Revista ambientalMENTEsustentable, Oleiros, Vol. I nº 11-12, 2011, pp. 7-25.
- HELMSING, A.H.J., FONSECA, P.E. La economia política institucional del desarrollo local: dos cuentos de turismo en Brasil. EURE, Santiago de Chile, Vol. 37 nº 110, abril 2011, pp. 31-57.
- IRVING, M.A.; AZEVEDO, J. Turismo: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.
- IRVING, M.A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In BARTHOLO, R., BURSZTYN, I., SAVIOLO, D.G. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-121.
- LEADBEATER, C. Social enterprise and social innovation: Strategies for the next ten years. Londres: Cabinet Office, Office of the Third Sector, 2007.
- LOMNITZ, L. Redes sociais, cultura e poder. Rio de Janeiro: E-papers. 2009.
- MANZINI, E. Design para a Inovação Social e Sustentabilidade: Comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais. Cadernos do Grupo de Altos Estudos, Vol.1. Rio de Janeiro: E-papers. 2008.
- MANZINI, E. Emerging scenario – Small, open, local, connected In BARTHOLO, R., CIPOLLA, C. (Org.) Inovação social e sustentabilidade. Rio de Janeiro: E-papers. 2012. p.15-34.
- MENDONÇA, T.C.D.M. Turismo e participação comunitária: ‘Prainha do Canto Verde, a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não secou?’. Tese - Curso de Mestrado Programa EICOS/IP/UFRJ em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- MENDONÇA, T.C.D.M., IRVING, M.D.A. Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil – Prainha Do Canto Verde, Beberibe (CE). Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, Vol. 4 nº 4, p. 12-22, 2004.
- MICHAELIS Moderno Dicionario da Lingua Portuguesa. Disponível em <<http://www.michaelis.uol.com.br>> Acesso em 14/10/14.
- MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Quem Somos. Disponível em <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/324>> Acesso em 30/11/14.
- MUMFORD, M. D. Social innovation: ten cases from Benjamin Franklin. Creativity Research Journal, Londres, Vol. 14, nº 2, p. 253-266, 2002.
- NUNES, M.R.O., SANTOS, K.M., AZEVEDO, F.F. Turismo e capital social: uma aproximação teórica e conceitual. Revista Pasos, Santa Cruz de Tenerife, Vol. 12 nº 2, p. 443-452, 2014.
- O.N.U. Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano. Estocolmo, 1972. Disponível em <http://mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc> Acesso em 29/08/14.
- POL, E., VILLE, S. Social innovation: Buzz word or enduring term? The Journal of Socio-Economics, Bingley, Vol. 38, p. 878-885, 2009.
- PRAINHA DO CANTO VERDE sítio internet. Disponível em <<http://www.prainhadocantoverde.org>> Acesso em 16/10/14.
- SANSOLO, D.S. Turismo: aproveitamento da biodiversidade para a sustentabilidade, pp. 69-91 in IRVING, M.A.; AZEVEDO, J. Turismo: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

SARAIVA, M.L.S.A.; LIMA, L.C. Turismo, Ecologia e ONG em Canto Verde – Beberibe (CE). Turismo em Análise, São Paulo, Vol, 12 n° 1, p. 75-89, 2001.

SAVILOLO, S. O turismo na Prainha do Canto Verde (CE). Tese, COPPE/UFRI, Rio de Janeiro, 2003.

SCHÄRER, R. Turismo sustentável: um estudo de caso sobre a experiência da comunidade de Prainha do Canto Verde no litoral do Ceará. Prêmio Sesc-Senac de Turismo Sustentável, Janeiro 2003.

TAATILA, V.P., SUOMALA, J., SILTALA, R. E KESKINEN, S. Framework to study the social innovation networks. European Journal of Innovation Management, Bingley, Vol. 9 n° 3, p. 312-326, 2006.

TERRAMAR sítio internet. Disponível em <<http://www.terramar.org>> Acesso em 10/10/14.

TUCUM Tucum: Turismo e Resistência na Zona Costeira Cearense. Turisol, Fortaleza, 2010

TUCUM sítio internet. Disponível em <<http://www.tucum.org>> Acesso entre 1/10/14 e 14/10/14.

ZAOUAL, H. Do Turismo de Massa ao Turismo Situado: quais as transições? Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, Vol. 8 n° 2, 2008. Disponível em <[http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path\[\]=341&path\[\]=219](http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path[]=341&path[]=219)> Acesso em 15/05/14.

ZAOUAL, H., ROUSSEL, D. (colaboração) Le tourisme situé. Un tourisme repensé. In BARTHOLO, R., CIPOLLA, C. (Org.) Inovação social e sustentabilidade. Rio de Janeiro: E-papers. 2012. p. 119-138.